

Conflitos: estratégias de enfrentamento e mediação



Conflitos: estratégias de enfrentamento e mediação

BRASÍLIA, 2015



Ministério do
Meio Ambiente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta: Dilma Rousseff

Vice-Presidente: Michel Temer

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ministra: Izabella Teixeira

Secretário Executivo: Francisco Gaetani

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL

Secretária: Regina Helena Crespo Gualda

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Diretora: Renata Rozendo Maranhão

Gerente: Nadja Janke

Equipe Técnica

Patrícia Fernandes Barbosa

Taiana Brito Nascimento

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Presidente: Cláudio Maretti

DIRETORIA DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL

Diretor: Renato José Rivaben de Sales

Coordenação de Educação Ambiental

Coordenador Geral: Paulo Roberto Russo

Coordenadora: Karina Jorge Dino

Equipe Técnica

Iaci Szajmweld de Menezes (Iaiá Floresta)

SOLAR CONSULTORIA

Diretor / Gerente de Projeto: João de Jesus da Costa

Diretora: Mariana Barbosa Barreiros Rubinello

Coordenador: Luiz Fernando Ferreira

Equipe Técnica

Debora Menezes

Vivian Battaini

Lia Chaer

Isabela Kojin Peres

Tereza Moreira

Mara Vanessa Dutra

Organização

Tereza Moreira e Luiz Fernando Ferreira

Textos e edição

Mara Vanessa Dutra e Tereza Moreira

Projeto Gráfico

Grande Circular

Revisão

Clara Miranda

Colaboradores

Daniel de Miranda Pinto de Castro

Nilo Sérgio de Melo Diniz

**Este produto foi realizado no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/
IICA/09/005 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL – EEN – Ministério do Meio Ambiente**

Apresentação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)¹ caracteriza Unidade de Conservação (UC) como o espaço territorial legalmente definido e seus recursos ambientais, dotado de atributos naturais relevantes, instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação (SNUC, 2000). Ao incorporar a participação popular na criação, implementação e gestão dessas áreas e ao legitimar a presença das populações tradicionais em categorias específicas de UC, reiterando a importância da educação ambiental, o SNUC propõe avanços na legislação anterior sobre áreas protegidas.

1. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Mesmo assim, a política de conservação, por meio da criação e gestão das UCs no Brasil, enfrenta diversos desafios. Dentre estes merecem destaque os conflitos em torno do uso dos recursos naturais e das sobreposições territoriais; os problemas fundiários; a resistência de populações locais, de setores econômicos e políticos à presença e à expansão de áreas protegidas; deficiências na articulação institucional para que estas sejam implementadas e geridas de forma eficaz; insuficiência numérica e de formação de servidores; ausência de plano de manejo, entre outros. Soma-se a estes desafios, a significativa incompreensão sobre a relação entre conservação da sociobiodiversidade e qualidade ambiental e de vida das populações rurais e urbanas, a conservação das águas, do clima e das condições favoráveis à segurança alimentar.

Parte desses desafios pode e deve ser enfrentada com a gestão participativa da UC. Mas a pedra de toque desse enfrentamento é a expansão da educação ambiental e da comunicação social como estratégias de aprimoramento da gestão e de fortalecimento da política. Ambas facilitam o acesso a informações e a construção de conhecimentos capazes de promover e qualificar a participação da sociedade, em especial de seus segmentos menos favorecidos, na gestão das áreas protegidas.

A implementação da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA), para a qual este conjunto de cadernos pretende contribuir, é parte relevante desses esforços. O cerne da ENCEA está nos processos inclusivos e de fortalecimento da cidadania, proporcionados por espaços e meios de educação, comunicação e participação

que desencadeiam a tomada de decisão de forma democrática, envolvendo todos os atores interessados na gestão da biodiversidade.

A proposta é que tais meios e espaços sejam criados e/ou fortalecidos em todas as etapas pertinentes à existência de uma UC: a criação, a implementação e a gestão. E, sobretudo, que consolidem mecanismos criados para a proteção da sociobiodiversidade, como os Corredores Ecológicos e Mosaicos de UC, em seus entornos e zonas de amortecimento.

Esse conjunto de cadernos se destina a formuladores e executores das políticas governamentais relacionadas a UCs em âmbitos federal, estadual e municipal, sejam gestores públicos, sejam integrantes de organizações da sociedade civil, públicas e privadas, nacionais ou internacionais, integrantes de Conselhos Consultivos e Deliberativos de UC, integrantes de redes, fóruns, comitês e conselhos que atuam com a temática.

Tal como propõe a ENCEA em seus princípios, a articulação em rede, o diálogo e a interatividade constituem elementos fundamentais para o fortalecimento do SNUC e para o alcance dos objetivos de longo prazo em torno da conservação da sociobiodiversidade, tanto do Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela criação de políticas públicas, quanto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que além de executor é o principal articulador dessas políticas nos territórios.

A política pública de conservação dos biomas, da fauna e da flora associadas, e das populações responsáveis, em grande parte, por sua permanência e enriquecimento biológico, é oportunidade e necessidade histórica a ser reconhecida, defendida e empoderada. Pode ser inspiração a um novo paradigma da relação homem, mulher, natureza, nossa fonte da vida.

Ministério do Meio Ambiente

**Instituto Chico Mendes
de Conservação da
Biodiversidade**

Sumário

| | |
|--|----|
| Introdução ao tema | 6 |
| Objetivos de aprendizagem | 7 |
| 1. Conflito em UC: manifestações do modelo global no contexto local | 9 |
| 2. Comunicação e educação ambiental na mediação de conflitos socioambientais | 27 |
| 3. O conflito como caminho e oportunidade de mudança | 39 |
| 4. Indicadores e a gestão de conflitos socioambientais | 57 |
| Referências | 64 |

Introdução ao tema

MEIO AMBIENTE, UM CAMPO DE DISPUTAS



Mais de uma década após a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, verifica-se expressivo aumento no número de áreas protegidas no Brasil. Por outro lado, crescem as pressões pela exploração de recursos ambientais, em especial naqueles locais que ainda se mantêm a salvo da degradação. Esses movimentos contraditórios geram conflitos socioambientais de norte a sul do país, que impactam diretamente a gestão das unidades de conservação.

No palco dos conflitos verifica-se forte assimetria de poder entre os atores sociais em disputa. Desníveis no acesso à informação, diferentes capacidades de organização e articulação estão entre os problemas que convertem disputas em injustiças socioambientais. A equipe de gestão da UC, como integrante do poder público, desempenha importante papel no enfrentamento e na mediação dos conflitos para cumprir a legislação pertinente às áreas protegidas. Além de institucionalizar os conflitos, cabe ao poder público em suas diversas instâncias, dotar os diferentes atores sociais de condições de equidade no exercício do diálogo e na busca de soluções consensuais para os problemas socioambientais identificados.

O enfrentamento de situações como essas exige conhecimento e capacitação. A educação ambiental e a comunicação têm muito a aportar tanto para a equipe de servidores da UC quanto para os diversos segmentos sociais que atuam na gestão participativa da UC. Essa contribuição envolve o uso da comunicação como instrumento voltado a valorizar a UC e suas múltiplas dimensões para a conservação da natureza e para a vida das pessoas. Passa também pela capacidade da educação ambiental de formar gestores na mediação de conflitos e de instrumentalizar os segmentos mais vulneráveis da população para reconhecerem problemas ambientais e atuarem em defesa de seus interesses nas disputas e conflitos socioambientais.

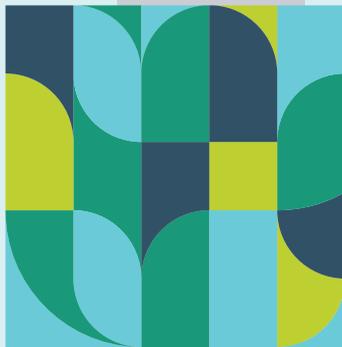
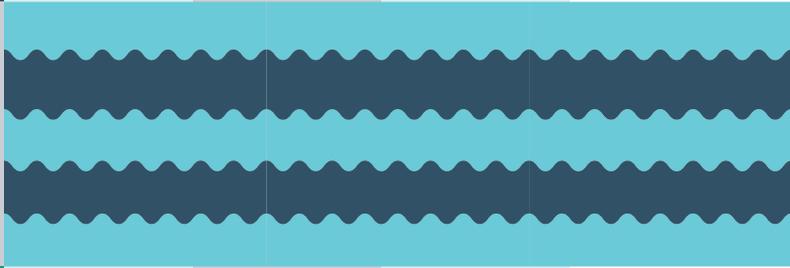
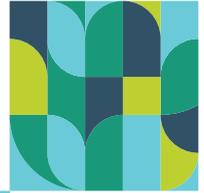
Objetivos de aprendizagem

O conjunto de publicações do qual este caderno faz parte tem a finalidade de contribuir para a compreensão do papel da educação ambiental e da comunicação na gestão pública da sociobiodiversidade e das unidades de conservação.

Neste caderno, especificamente, pretende-se ampliar a compreensão sobre:

- a conexão entre os conflitos socioambientais que se dão no âmbito das UCs e seu entorno, a disputa local pelo acesso e controle sobre os recursos e o modelo de desenvolvimento adotado;
- como a educação ambiental pode contribuir para a análise de conflitos socioambientais no âmbito da UC e do seu entorno;
- a gestão ambiental pública como mediação de conflitos decorrentes desse modelo e a importância de estratégias para enfrentá-los, considerando a diminuição de assimetrias entre atores sociais e o exercício de justiça ambiental;
- como a educação ambiental e a comunicação podem viabilizar novas e mais criativas formas de comunicação entre atores sociais, contribuindo para a diminuição de assimetrias entre eles na gestão participativa das UCs;
- os processos de ensino aprendizagem em arte educação e educomunicação como elementos facilitadores para a gestão de conflitos em UC.

Este caderno também apresenta conceitos e experiências concretas de UCs, levanta temas para o debate e oferece subsídios para reflexão e avaliação de ações de comunicação e de educação ambiental, visando reforçar a participação dos atores sociais.



1. Conflitos em UC: manifestações do modelo global no contexto local

NO FOGO CRUZADO DAS DISPUTAS TERRITORIAIS



As unidades de conservação não são ilhas, mesmo que em sua gestão por vezes sejam tratadas como tal. Sua existência é permeada por relações com o entorno imediato, influenciando e sofrendo influências do modelo de desenvolvimento adotado em âmbitos regional, nacional e até mesmo global.

Nas duas últimas décadas, o Brasil inegavelmente avançou em termos de expansão de suas áreas protegidas. Essa expansão contribuiu, inclusive, para impactar positivamente as taxas mundiais de conservação da biodiversidade (*ver caderno 1*). Porém o crescimento econômico da última década, baseado no incentivo ao agronegócio, em especial à produção de grãos e de carne, gerou crescente demanda por terras produtivas e pela ampliação da infraestrutura, principalmente na abertura de estradas e na produção de energia. O atendimento a tais demandas tem produzido fortes impactos sobre as áreas protegidas.

Considerando o atual modelo, a tendência a vivenciar conflitos em torno da apropriação e do controle sobre os recursos ambientais é cada vez maior. Segundo Quintas (2008), essa é a tônica das relações sociais. Para o autor, “a apropriação e uso dos recursos ambientais não acontece de forma tranquila. Há interesses, necessidades, racionalidades, poder, custos e benefícios em jogo e, conseqüentemente, conflitos”. Quintas utiliza a definição de Bobbio, Matteucci & Pasquino (1992) para caracterizar os conflitos como “uma forma de interação entre indivíduos e grupos, organizações e coletividade que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos”.

Tal situação tende a se agravar diante da escassez crescente de recursos que se verifica atualmente em todo o mundo (*ver caderno 1*). Isso torna as áreas sob algum tipo de proteção alvos preferenciais de disputas e conflitos. As recentes tentativas de alterar normas constitucionais na decretação de áreas protegidas e de flexibilizar a exploração de terras indígenas demonstram o embate de forças sociais que estão representadas no legislativo brasileiro. Tais embates estão presentes também nos territórios em que se situam as UCs.

A atuação desses sujeitos pode se dar tanto nas tentativas de acesso quanto de controle sobre esses recursos. Mas há também quem faça a defesa desses recursos como fundamentais para a saúde dos ecossistemas e para a sobrevivência humana. As pressões e contrapressões em torno desses diferentes interesses é que constituem os conflitos, que podem ser explícitos ou potenciais, degenerando em violência ou, quando institucionalizados e bem administrados, acarretando processos de negociação e resolução.

Segundo Bobbio, Matteucci & Pasquino (1992), “quando um conflito se desenvolve segundo regras aceitas, sancionadas e observadas há a sua institucionalização”. Ou seja, a institucionalização do conflito é realizada por meio de regras estabelecidas na legislação ambiental. A forma como o conflito é encaminhado determinará a qualidade ambiental e a distribuição espacial, temporal e social de custos e benefícios do uso dos recursos.

No espaço do conflito institucionalizado, podem ocorrer negociações visando colocar em diálogo, forças sociais por vezes antagônicas e que visam à definição de uma política capaz de alterar as condições ambientais. Mas isso pressupõe, segundo Layrargues (2002), “a existência de diferentes atores sociais que detenham capacidades e recursos relativamente equivalentes, para de fato influenciarem no processo decisório”.

Conforme Loureiro *et al.* (1992), a eficácia das políticas públicas ambientais reside justamente na sua capacidade de identificar adequadamente a complexidade dos atores sociais e do caráter dos conflitos em que estes estão envolvidos. Essa é a base de onde se pode partir em busca da negociação, preparando-se o terreno para a criação de espaços públicos de participação.

CONCEITO DE JUSTIÇA AMBIENTAL

O crescente reconhecimento de que a disputa pelos recursos ambientais e a degradação decorrentes atingem de formas desiguais os diferentes segmentos da sociedade tem desencadeado mobilizações em torno do exercício da justiça ambiental. Este conceito foi desenvolvido a partir da percepção de que as pessoas que sofrem os maiores impactos do atual modelo econômico são as que menos contribuem para causar danos ao meio ambiente e mais dependem de seus recursos para sobreviver. Por isso, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental defende entre seus princípios²:

1. os recursos ambientais como bens coletivos, para o presente e para o futuro, cujos modos de apropriação e gestão devem ser objeto de debate público e de controle social;
2. os direitos das populações do campo e da cidade a uma proteção ambiental equânime contra a discriminação socioterritorial e a desigualdade ambiental;
3. garantias à saúde coletiva, através do acesso equânime aos recursos ambientais, de sua preservação, e do combate à poluição, à degradação ambiental, à contaminação e à intoxicação química — que atingem especialmente as populações que vivem e trabalham nas áreas de influência dos empreendimentos industriais e agrícolas;
4. os direitos dos atingidos pelas mudanças climáticas, exigindo que as políticas de mitigação e adaptação priorizem a assistência aos grupos diretamente afetados;
5. a valorização das diferentes formas de viver e produzir nos territórios, reconhecendo a contribuição que grupos indígenas, comunidades tradicionais, agroextrativistas e agricultores familiares dão à conservação dos ecossistemas;
6. o direito a ambientes culturalmente específicos às comunidades tradicionais,
7. a alteração radical do atual padrão de produção e de consumo.

2. Conforme princípios definidos pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Disponíveis em <http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=229>

ENTRE PRESSÕES E AMEAÇAS

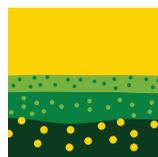
A Avaliação Rápida e Priorização de Gestão de Área Protegida (RAPPAM), metodologia desenvolvida pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) para avaliar a efetividade da gestão das UCs, faz uma distinção entre os problemas socioambientais que pairam sobre as UCs brasileiras³. Os problemas são caracterizados como pressões ou ameaças. As pressões referem-se a impactos negativos já ocorridos em um período de tempo, que para a avaliação, foi estabelecido em cinco anos. As ameaças são os impactos previstos para o mesmo período de tempo à frente. Representam, portanto, tendências para o futuro. Conhecer as pressões e as ameaças pode ser útil para o monitoramento e o planejamento de ações voltadas à maior proteção das UCs.

Considerando o período entre 2005 e 2010, a avaliação da efetividade da gestão em UC federais chegou à conclusão de que as atividades que mais impactam as unidades de conservação federais brasileiras, tanto em termos de pressões como de ameaças são⁴:

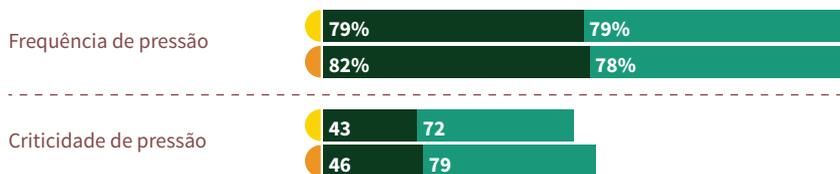
3. Ver em <http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/documentos/Rappam_federal_2010.pdf>

4. Frequência de pressão - Regularidade com que ocorreram atividades causadoras de impactos ambientais negativos na UC nos últimos cinco anos avaliados.

Criticidade de pressão - Nível de abrangência, impacto e permanência do dano no ambiente da UC.



Agricultura e silvicultura, praticadas no interior ou nas zonas de amortecimento, bem como a existência de pastagens

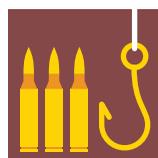


legendas

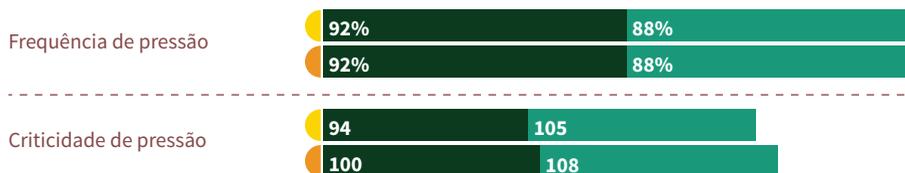
● Pressões
● Ameaças

Proteção Integral

Uso Sustentável

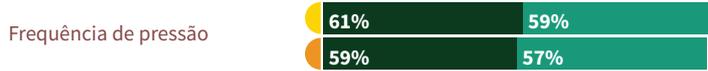


Caça e pesca ilegais

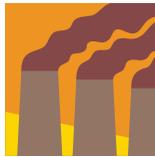




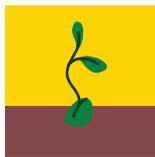
Coleta de produtos não madeireiros, como fibras, resinas, entre outros, quando feitos ilegalmente em unidades de proteção integral, e sem plano de manejo em unidades de conservação de uso sustentável



Construção e operação de infraestrutura, especialmente de estradas dentro dos limites da unidade, fomentando invasões, visitação sem controle, atropelamento de animais



Escoamento de produtos do extrativismo ilegal; disposição de resíduos (poluição), que pode ir de entulhos a materiais tóxicos e radiativos

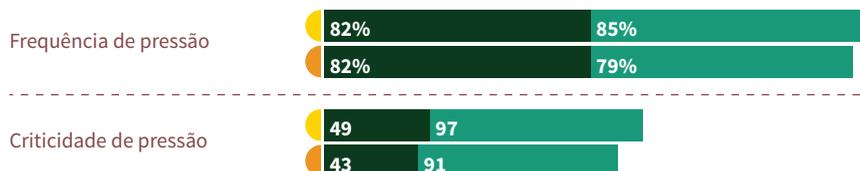


Introdução de espécies invasoras exóticas, tanto da fauna quanto da flora, causando sérios problemas para as espécies existentes no local



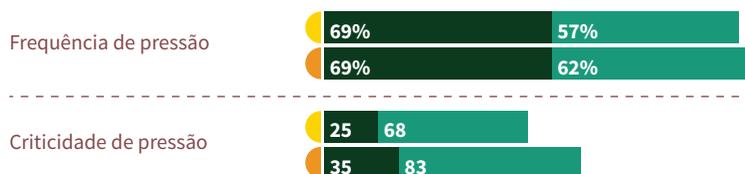


Extração ilegal de madeira, fato corriqueiro no cotidiano das UCs, em especial nos ecossistemas florestais. Pode se dar tanto por invasores quanto pelas populações residentes que utilizam o comércio ilegal de madeira como estratégia de geração de renda



Extração mineral, tanto devido ao revolvimento dos solos quanto pela geração de resíduos, por vezes tóxicos, como o mercúrio

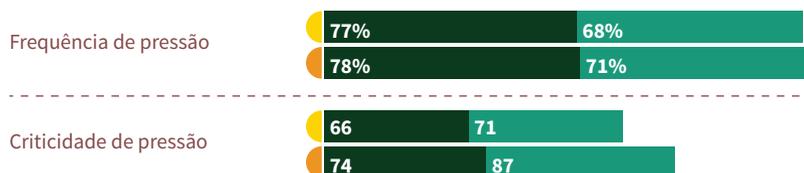
4. Frequência de pressão - Regularidade com que ocorreram atividades causadoras de impactos ambientais negativos na UC nos últimos cinco anos avaliados.



Criticidade de pressão - Nível de abrangência, impacto e permanência do dano no ambiente da UC.



Incêndios provocados pela ação humana, muitas vezes intencionais



legendas

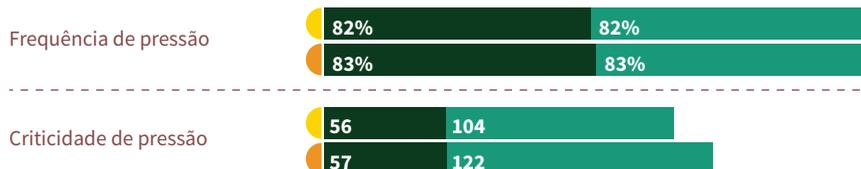
Pressões
Ameaças

Proteção Integral

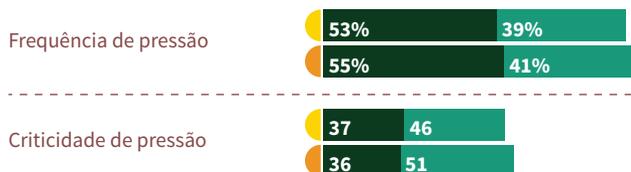
Uso Sustentável



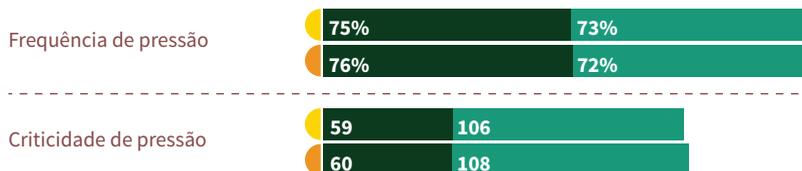
Ocupação humana irregular, decorrente tanto da falta de fiscalização como da falta de regularização fundiária, no caso de ocupantes que tinham propriedades antes da criação das unidades



Turismo e recreação sem planejamento e controle, em especial aquelas atividades que ocorrem em Unidades cujo plano de manejo não prevê esse tipo de atividade, mas também em situações em que a visitação ultrapassa a capacidade de suporte dos ecossistemas



Uso dos recursos por populações residentes sem que haja um plano de manejo específico para isso



5. Referências sobre
ameaças: <[http://
www.ecodebate.
com.br/2014/06/05/
ameacas-as-unidades-
de-conservacao-
federais-demandam-
atuacao-do-mpf/](http://www.ecodebate.com.br/2014/06/05/ameacas-as-unidades-de-conservacao-federais-demandam-atuacao-do-mpf/)>

Na base dos problemas verificados estão fatores⁵, como:

- Impasses causados pela falta de consolidação fundiária. Pela lei, é preciso realizar a regularização fundiária até cinco anos após a criação da UC. Na prática não é o que acontece. Há sobreposições do território da UC com propriedades particulares, outras áreas protegidas, como terras indígenas e quilombolas, ou com áreas de outros órgãos públicos municipais, estaduais e federais, como a Marinha, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), especialmente quando existem assentamentos de reforma agrária.
- Falta de infraestrutura para manter as unidades de conservação a salvo de interferências nocivas, produto da insuficiente demarcação e sinalização do perímetro, cercamento e controle de acesso. Isso se torna um fator de alta complexidade quando se trata de UCs marinhas e em caso de unidades muito extensas e com diversos pontos vulneráveis para a ação de invasores.
- A existência de muitas unidades criadas como pequenos fragmentos isolados nos arredores de centros urbanos. Sem zonas de transição entre seus limites e a malha urbana, essas unidades sofrem os impactos negativos do crescimento das cidades. Isso ocorre também no meio rural em que as propriedades situadas na zona de amortecimento não respeitam a lei quanto à existência de reserva legal e área de preservação permanente, dificultando a conectividade da vegetação nativa.
- A implantação de grandes projetos de infraestrutura, que acarreta na ocupação muitas vezes desordenada de territórios onde se situam as UCs, provocando invasões, poluição e assoreamento de cursos d'água que nascem ou passam em seu interior, caça, pesca e extração de recursos florestais madeireiros e não madeireiros.

A NECESSÁRIA DEFINIÇÃO DE LIMITES

A fragilidade da situação fundiária parece ser um dos principais problemas enfrentados pela UC, do qual decorrem muitas pressões e ameaças. A consolidação territorial envolve a demarcação e o estabelecimento de limites físicos, com a sinalização adequada, para estabelecer claramente o perímetro da UC. Envolve também a construção e formalização de acordos com os beneficiários. A Instrução Normativa (IN) 29/2012 do ICMBio, por exemplo, estabelece normas para os acordos de gestão, firmados com populações tradicionais que vivem no interior de UCs de uso sustentável (ver caderno 2).

A demarcação física de unidades de conservação é regulada pela Lei nº 6.015/73⁶. O trabalho ocorre com base em um plano de trabalho, no qual estão contidas a descrição dos limites da área, as informações sobre pontos mais suscetíveis a pressões externas, a localização de linhas secas, as condições do relevo, entre outras. Com base nessas informações se faz a demarcação, estabelecendo a sinalização e o cercamento (ou a colocação de bóias, no caso das UCs marinhas) de acordo com os pontos considerados mais vulneráveis.

6. A Lei de Registros Públicos, na íntegra, está disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm>

Quando um problema ambiental se converte em conflito

A educação ambiental crítica preconiza que “o modo de perceber determinado problema ambiental, ou mesmo a aceitação de sua existência, não é meramente uma questão cognitiva, mas é mediado por interesses econômicos, políticos, posição ideológica e ocorre em determinado contexto social, político, espacial e temporal⁷. Como exemplo, a utilização de recursos ambientais pela população local antes da implantação da UC podia não ser vista como problema. Mas depois que esta é implantada, especialmente se estiver enquadrada nos tipos e categorias mais restritivos, isso passa a ser percebido como problema. E em alguns casos, a gerar conflitos.

7. Segundo Quintas, J. S. Educação ambiental e cidadania: uma construção necessária. 2000. Disponível em: <download.inep.gov.br/download/cibec/pce/2001/paper_quintas.doc>. Acesso em maio de 2015.

A conversão de um problema ambiental em conflito não ocorre de forma imediata. Mas se dá conforme os atores sociais afetados percebem suas perdas e entram em disputa. Segundo Quintas (2006),

(...) o conflito ambiental ocorre porque atores sociais reagem em defesa dos seus interesses, pela utilização e/ou gestão dos recursos ambientais. Portanto, podemos dizer que todos os conflitos ambientais envolvem um problema ambiental ou a disputa em torno da defesa e/ou controle de determinada potencialidade ambiental, mas nem todo problema ambiental envolve um conflito. Um conflito ocorre quando atores sociais tomam consciência de dano e/ou risco ao meio ambiente, se mobilizam e agem no sentido de interromper ou eliminar o processo de ameaça.

Nem sempre, porém, é fácil para alguns atores sociais reconhecer a existência de um problema ambiental. Menos ainda perceber as suas causas, implicações, bem como os interesses envolvidos, algumas vezes encobertos sob a justificativa de beneficiar a coletividade. Por isso, em muitos casos o conflito permanece latente até que haja um fator desencadeante. Existem, segundo Quintas (2006), alguns fatores que dificultam identificar um problema ambiental:

- **Fatores temporais** – o problema pode ter acontecido a mais tempo do que o da permanência das pessoas atualmente envolvidas. Por exemplo, o lançamento de efluentes de um frigorífico, poluindo um rio que corta a Área de Preservação Ambiental (APA) pode ser anterior à decretação da Unidade.
- **Fatores espaciais** – o problema pode ocorrer longe das vistas dos principais afetados. A mineração ilegal, que utiliza mercúrio, por exemplo, pode acarretar a contaminação dos peixes que abastecem a comunidade ribeirinha de uma Reserva Extrativista (RESEX).
- **Falta de percepção da finitude dos recursos** – o uso indiscriminado de recursos naturais, sem o manejo adequado, pode causar problemas que se tornarão visíveis muito tempo depois. O corte indiscriminado de matas ciliares, por exemplo, pode desencadear falta d'água para o abastecimento do próprio responsável pelo desmatamento.
- **Sentimento de impotência face à magnitude do problema** – isso ocorre em especial quando há fortes interesses econômicos em jogo. Para o morador da área a ser demarcada como uma Reserva Biológica (REBIO), por exemplo, pode parecer impossível influir para que a criação da UC não o expulse de terras que considera suas.

- **Desconfiança quanto ao poder mediador do Estado** – esse sentimento está associado à herança histórica brasileira, de utilização da máquina estatal em defesa dos interesses da elite econômica. A crença de que o Estado atende menos ao interesse da coletividade do que ao de uma minoria desencoraja a ação cidadã.

Ao contrário do que se costuma imaginar, a transformação de um problema em conflito é fundamental para que este seja solucionado. A tomada de consciência do problema mobiliza os diferentes atores sociais interessados, fazendo-os explicitar suas divergências e pontos de vista sobre a questão. A percepção dos danos ou das perdas a que estão expostos os motiva na busca de soluções.

A eclosão de conflitos socioambientais na sociedade civil, especialmente quando está em jogo a disputa entre interesses coletivos e interesses privados, faz com que o poder público seja chamado a intervir. Nesse momento, o conflito se institucionaliza e o poder público precisa tomar providências para fazer valer os princípios expressos no Artigo 225 da Constituição Federal. Segundo Quintas (2006), é importante que haja forças sociais suficientemente alertas para exigir que este obedeça também ao artigo 37 da Constituição Federal. Esse artigo preceitua que cabe à administração pública exercer sua ação obedecendo aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Ao Estado compete, segundo Quintas (2006), “evitar que os consensos sejam construídos apenas entre atores sociais com grande visibilidade e influência na sociedade (os de sempre) à margem de outros, em muitos casos os mais impactados negativamente pelo ato do Poder Público”. Dentre outras funções, cabe ao Estado dotar esses atores menos privilegiados de condições para participarem do processo decisório. Essa é a forma de assegurar controle social sobre a gestão ambiental e torná-la participativa e democrática.

O CUIDADO NECESSÁRIO NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

No plano das relações sociais é importante tomar alguns cuidados em relação à mediação de conflitos. Mesmo no interior de um grupo que possui certa homogeneidade de interesses pode haver situações potencialmente conflituosas. Quando não são tratadas com cautela, algumas situações podem eclodir como conflitos secundários, envolvendo subjetividades e comprometendo a participação.

A atuação de gestores públicos em situações que envolvem sobretudo populações locais pode gerar mudanças nas hierarquias de poder no interior das comunidades. Isso se aplica também ao papel que as mulheres desempenham tradicionalmente nas famílias e nas comunidades, bem como à juventude. É importante que surjam novas lideranças, principalmente lideranças femininas e juvenis. Porém, isso precisa ser acompanhado de formação dessas lideranças e de muito cuidado para evitar possíveis problemas que possam causar desagregação e perdas culturais.

Quando o conflito envolve a própria existência da UC

Há duas situações distintas que caracterizam conflito pela existência de uma unidade de conservação no território. De um lado, há os conflitos criados por setores da sociedade que vêem nas UCs um obstáculo ao desenvolvimento da região. Muitas vezes são setores que perdem a possibilidade de lucros diretos, com especulação fundiária ou com a exploração de recursos naturais situados nas terras públicas que serão convertidas em UCs. Ou então aqueles que têm prejuízos em suas atividades, causados por restrições de uso previstas nas zonas de amortecimento ou pelas dificuldades de infraestrutura ou de acesso à região que a presença da UC possa provocar. É o que acontece com o fechamento de estradas que poderiam impactar negativamente a biodiversidade protegida pela Unidade, por exemplo.

Uma ação necessária a ser realizada pela gestão da UC junto a esses setores é o esclarecimento sobre a importância de determinadas ações para a manutenção da existência dessa área protegida e das suas funções. Os serviços ambientais prestados pelas unidades de conservação são fundamentais

para a manutenção local do regime de chuvas, a polinização das colheitas, a perenidade dos cursos d'água, entre outros benefícios. A quantificação desses serviços (*ver caderno 1*) em geral constitui argumento suficiente para mostrar essa importância.

Por outro lado, a presença da UC na região possibilita à população local investir em novas oportunidades de negócios, como o ecoturismo, a comercialização de produtos da sociobiodiversidade (mais valorizados pelo mercado), a atração de recursos para a criação de universidades e centros de pesquisa e inovação biotecnológica que a proximidade com a UC inspira. Ou seja, longe de ser um obstáculo ao desenvolvimento, a presença da unidade de conservação no território pode se converter em possibilidade de outros negócios, mais sustentáveis.

Por outro lado, existem os conflitos gerados pela conversão de áreas originalmente ocupadas por populações tradicionais em unidades de conservação. Diegues (2001) explicita a natureza desse tipo de conflitos ao advogar que

A criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial. Essa usurpação é ainda mais grave quando a “operacionalização de um neomito” (áreas naturais protegidas sem população) se faz com a justificativa da necessidade da criação de espaços públicos, em benefício da “nação”, na verdade, das populações urbano-industriais. Essa atitude é vista pelos moradores locais como um roubo de seu território que significa uma porção da natureza sobre o qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos aí existentes.

Essas populações não entendem porque deveriam sacrificar o seu modo de vida em nome da proteção da biodiversidade ou para garantir espaços de lazer e pesquisa à população urbana. A existência no SNUC⁸ de mecanismos como a consulta pública para a criação de UC (*ver caderno 1*), ou a formalização do conselho da UC e a inclusão da participação popular na formulação e implementação do plano de manejo (*ver caderno 2*) constitui uma prerrogativa para a explicitação e mediação de conflitos desse tipo.

No caso das populações tradicionais, a criação da categoria de unidades de conservação de uso sustentável, em especial das Reservas Extrativistas, foi pensada justamente para diminuir conflitos. Tem sido a estratégia ado-

8. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei 9985/2000.

tada para proteger a cultura e os modos de vida tradicionais de populações que historicamente contribuem para a conservação da biodiversidade nos diversos biomas brasileiros. Populações que estavam sendo sistematicamente expulsas de terras comunitárias pela força do poder econômico.

Isso se torna bastante visível com a criação de RESEX nas áreas litorâneas e ribeirinhas, possibilitando a caçaras e jangadeiros, por exemplo, permanecerem em suas terras de origem. O mesmo tem ocorrido com as populações amazônicas, como os extrativistas de borracha, babaçu, castanha, açaí, entre outros. Para essas populações, a criação de áreas protegidas significou também maior visibilidade política e social, com a possibilidade de inserção na gestão ambiental, aportando, inclusive, conhecimentos úteis à Biologia da Conservação.

Vale salientar também que os conflitos envolvendo indígenas e outras populações tradicionais se dão em dois níveis. Além da disputa territorial ocorre também uma disputa entre visões de mundo. Isso se traduz, por exemplo, na forma como as sociedades tradicionais e o mundo científico lidam com o conhecimento. A disputa de saberes significa uma luta de poder.

Diegues (2001) usa a visão sobre os estoques pesqueiros para exemplificar essa disputa de saberes. Um fato amplamente constatado é a redução desses estoques, em grande parte devido à sobrepesca comercial. Os pescadores tradicionais possuem um saber acumulado sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração dos peixes, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. Tais saberes definem sua relação com esse recurso, que em geral são regulados pelos pescadores mais experientes, os mestres da pesca.

Com a administração moderna dos recursos naturais, que se baseia em informações científicas, por sinal, muitas vezes insuficientes, a quantidade de peixe a ser capturada passa a ser definida pelo biólogo e não mais pelo mestre. Para Diegues, “não é para menos que, em todas as áreas naturais protegidas, a pesquisa científica seja permitida, mas não o etnoconhecimento, pois esse exige a presença das comunidades tradicionais, do saber, de técnicas patrimoniais e, sobretudo, de uma relação simbiótica entre o homem e a natureza”. Trata-se, segundo ele, da afirmação do poder da ciência nas mãos dos cientistas e dos administradores. Tais situações contribuem para desorganizar a cultura tradicional e colonizar econômica e culturalmente essas populações.

Estudo realizado em 2012 pela GIZ, agência alemã de cooperação técnica, sobre as alternativas produtivas sustentáveis (APS)⁹ revela que a criação de gado tem aumentado progressivamente nas RESEX amazônicas. O estudo identificou que isso ocorre, em grande parte, devido à necessidade de

9. Informação disponível em <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/Oportunidades_APS_GIZ_estudo_completo.pdf>

formação de poupança pelas famílias extrativistas, já que estas não têm a posse individual da terra. Tal fenômeno, que constitui um conflito com os objetivos de conservação dessas UCs, tem sido contornado com a busca de alternativas econômicas que permitam a essas famílias continuar vivendo na terra e, ao mesmo tempo, desenvolverem atividades que lhes deem segurança econômica.

A promoção do desenvolvimento das populações residentes e circunvizinhas às UCs pode se dar de distintas formas. A partir de 2007¹⁰, os produtores que vivem em Reservas Extrativistas passaram a ser reconhecidos como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, com acesso a créditos de programas federais. Outras iniciativas do governo federal destinadas a estruturar Parques Nacionais passaram a incluir entre seus objetivos o fomento ao desenvolvimento local sustentável, integrando populações do entorno nos serviços turísticos prestados aos seus visitantes.

Há ainda diversas possibilidades a explorar. O estímulo à formação de jovens cientistas para o monitoramento participativo da biodiversidade, com o reconhecimento dos saberes tradicionais e a remuneração justa por este trabalho; a criação de atividades econômicas que se harmonizam com os objetivos de conservação e valorizam a presença dessas populações, porém não de forma subalterna a empreendedores externos, são algumas das possibilidades (e também dos desafios a serem vencidos) para se diminuir as assimetrias sociais e os conflitos decorrentes.

Em resumo, quando conflitos não são reconhecidos, seus impactos comprometem a gestão da UC e a qualidade de vida das populações no interior e no entorno delas. Quando reconhecidos e adequadamente tratados, os conflitos convertem-se em oportunidades para a conquista de meios de vida sustentáveis, que afetam positivamente a gestão da UC, auxiliando no cumprimento de sua missão.

10. Ver Informe Nacional sobre Áreas Protegidas no Brasil – 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao16122010110837.pdf>

A ENCEA e os conflitos socioambientais

A formulação da ENCEA leva em conta as UCs como cenários sociais, ou seja, “como espaços de relações socioambientais historicamente configurados e dinamicamente movidos pelas tensões e conflitos sociais” (BRASIL, 2011). Por isso, alguns de seus princípios, como o de diálogo e interatividade, por exemplo, preconizam ações de educação ambiental e comunicação que busquem agregar pessoas e instituições em torno de valores capazes de assegurar o respeito pela sociobiodiversidade. Da mesma forma, devem buscar expe-

riências e metodologias que apontem para a convergência de esforços com vistas a alcançar benefícios multilaterais. Práticas de caráter emancipatório, ou seja, voltadas à transformação social são apontada como mais capazes de superar injustiças e desigualdades socioambientais.

Em torno desses ideários e visando à superação dos conflitos, algumas ações estratégicas são propostas nas diversas diretrizes da ENCEA¹¹:

Explicitação de tensões - Incentivar a criação de mecanismos e ferramentas para sistematizar e disponibilizar manifestações dos diferentes segmentos sociais que explicitem suas expectativas, anseios, dúvidas, sugestões e críticas aos processos de criação, implementação e gestão de UC em seus territórios. Ao mesmo tempo, incorporar os saberes e expectativas das populações tradicionais na gestão da UC, considerando seu papel no desenvolvimento local e regional (diretrizes 1 e 2).

Consolidação territorial - Promover espaços de discussão entre órgão gestor, sociedade civil organizada e outros segmentos sobre experiências que possam contribuir nos processos de regularização fundiária, incentivando a promoção de eventos demonstrativos nessa área (diretrizes 2 e 5).

Estudo do contexto - Utilizar a problematização, potencialidades e conflitos ambientais como temas geradores para uma introspecção e reflexão sobre as relações do ser humano/natureza de modo a possibilitar que os sujeitos envolvidos aprofundem sua tomada de consciência da realidade. Transitar entre as escalas local e regional entendendo as ameaças num contexto mais amplo. Por meio da comunicação e da educação ambiental encorajar a adoção de ações transformadoras em favor do cuidado e do bem viver na e com a natureza. Ao mesmo tempo, buscar solução coletiva para as ameaças internas e externas à biodiversidade e aos usos tradicionais nas UCs e entorno, enfatizando os benefícios socioambientais e econômicos prestados por estas (diretriz 4).

Fiscalização preventiva e que considere o contexto sociambiental da UC – Incentivar modificações na política de fiscalização das UCs, e a fortalecer a formação dos fiscais com a inclusão de disciplinas de gestão socioambiental. Incentivar encontros entre fiscais e comunidade para compartilhar e debater estratégias a serem implementadas para prevenir os impactos ambientais nas UCs, bem como para informar e prevenir quanto às modalidades de infrações ambientais, utilizando os meios de comunicação disponíveis e também os recursos da educomunicação. (diretrizes 4 e 5).

Reforço na comunicação – Incentivar a realização de oficinas de educação nas comunidades residentes e do entorno de UC. Essas oficinas podem facilitar a produção de jornais, programas de rádio e TV e a realiza-

11. O texto da ENCEA está disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacao_ENCEA.pdf>

ção de vídeos com a temática ambiental, abordando questões relacionadas aos benefícios, desafios e conflitos vivenciados pelos sujeitos envolvidos e afetados pela criação da UC. (diretriz 5).

Convite à interação

Que conflitos potenciais ou explícitos existem na UC em que atuo?

.....
.....

Em torno de que recursos ou situações ocorrem os conflitos?

.....
.....

Quais são os setores em disputa?

.....
.....

Há grupos dominantes em termos de acesso a informação, capacidade de convencimento, articulação com autoridades locais?

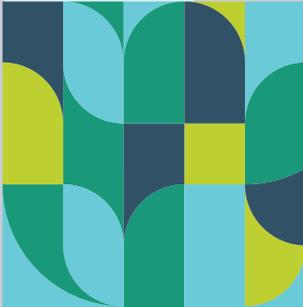
.....
.....

Que papel a equipe gestora da UC desempenha nesses conflitos?

.....
.....

Existem espaços de participação social instituídos para lidar com eles? Quem participa desses espaços?

.....
.....



2. Comunicação e educação ambiental na mediação de conflitos socioambientais

EM BUSCA DE BENEFÍCIOS MULTILATERAIS



No campo da mediação de conflitos, a educação ambiental crítica (*veja caderno 1*) possui muitos aportes a oferecer. Isso se deve às premissas básicas dessa modalidade de educação, que considera:

- a gestão ambiental como essencialmente mediadora de interesses e conflitos entre atores sociais em disputa pelo acesso e uso dos recursos naturais.
- a realidade como fenômeno estruturado pelo movimento dialético entre conflitos e consensos. Conforme Guimarães (2004), a educação ambiental crítica não vê o conflito “como algo a ser cassado, porque cria a desordem social (complexifica a realidade)”. Nessa perspectiva, as relações de poder e os conflitos são considerados elementos fundamentais da construção de sentidos e da organização espacial em suas múltiplas determinações.
- a necessidade de uma leitura de mundo marcada por maior complexidade e instrumentalizada para uma intervenção que contribua no processo de transformação da realidade socioambiental.
- a percepção do caráter político da gestão e da educação ambiental. Ambas as práticas estão longe de se caracterizar pela neutralidade. A atuação do Estado ao arbitrar conflitos socioambientais, segundo Quintas (2006), é decisiva na definição de quais atores sociais ficarão com o ônus e com o bônus da resolução de determinado problema.

Além de um apurado conhecimento do contexto cultural em que se está inserido também é fundamental, no exercício da educação ambiental na perspectiva crítica, especialmente quando se trata da mediação de conflitos, a formação específica dos gestores públicos. São necessários conhecimentos em diversas áreas, começando pelo aprimoramento das habilidades de co-

municação institucional e interpessoal, passando por técnicas e metodologias para se lidar com os diversos públicos da educação formal e não formal. Vale lembrar que a educomunicação e a arte educação têm muito a aportar nesse exercício.

Conforme a Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e o Decreto nº 4.281/02, que a regulamenta, a educação ambiental deve proporcionar as condições para a produção e a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como o desenvolvimento de atitudes para a conservação do meio ambiente. Isso deve ocorrer por meio da participação individual e coletiva e inclui o exercício de controle social sobre a gestão ambiental pública. Numa perspectiva democrática e participativa, envolve também o compromisso com aqueles segmentos da população usualmente marginalizados dos processos decisórios e que, em geral, vivenciam as maiores perdas em termos de qualidade ambiental e acesso aos recursos.

Sem mascarar os conflitos, acolhendo as contradições existentes no interior dos grupos, a tarefa do poder público é desvendar a situação desencadeadora em toda a sua complexidade, permitindo ao grupo analisar as diferentes visões, apoiando-os no estabelecimento de consensos e acordos. Para Loureiro e Cunha (2008), ao reconhecer a existência de conflitos, a educação no processo de gestão ambiental tem como tarefa prioritária mediá-los democraticamente em busca de acordos “por meio da participação, do diálogo, do exercício e da construção da cidadania”.

Quintas (2003) enfatiza a importância de se ter uma mediação de conflitos marcada pela noção de limites. Estes são dados pela legislação vigente e por princípios que garantam transparência e justiça social, mas também pela disponibilidade dos bens ambientais e pelo conhecimento científico e tecnológico para lidar com a problemática. O equilíbrio entre abordagem técnica e política é fundamental nesses processos.

Superando a pressa e o preconceito

No enfrentamento de conflitos socioambientais, mais uma vez o enfoque participativo constitui a alternativa mais justa e democrática e a que garante soluções mais sustentáveis ao longo do tempo. No início, o processo participativo pode parecer mais lento e ser marcado por entraves, dependendo das relações e dos níveis de conflitos existentes.

Segundo Drumond (2009), boa parte desses conflitos decorre de preconceitos entre os distintos setores sociais, que muitas vezes, até por questões

históricas, estabelecem pouco contato entre si. Por exemplo, a tradição pouco participativa de criação de unidades de conservação no Brasil, sobretudo daquelas criadas antes da instituição do SNUC (Lei 9.995/2000), criou um clima de desconfiança entre comunidades locais e gestores de UC. De um lado, as comunidades podem considerar que a equipe gestora preocupa-se apenas com a conservação da biodiversidade, sem se interessar por suas necessidades de sobrevivência. De outro lado, os gestores podem imaginar que as populações constituem ameaças aos seus objetivos. Tais desconfianças reforçam sentimentos de hostilidade que podem degenerar em conflito explícito, especialmente quando surge algum fator desencadeante, como um incêndio florestal na UC ou o ataque de algum animal silvestre a propriedades circunvizinhas a esta.

A experiência acumulada pela educação no processo de gestão ambiental praticada pelas equipes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) desde a década de 1990 e também mais recentemente pelo ICMBio, permite identificar alguns passos para a mediação de conflitos. Vale lembrar a advertência de Quintas (2006) de que este processo deve ocorrer dentro de limites oferecidos pela legislação ambiental vigente, mas “sem perder de vista que as decisões são tomadas num jogo de pressões e contrapressões, exercidas por atores sociais na defesa de seus valores e interesses”.

De forma esquemática, é possível reconhecer alguns passos para a mediação de conflitos. Este assunto é tratado com mais detalhes em obras, como a “Introdução à gestão ambiental pública”, de Quintas (2006)¹², e “Educação Ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática”, de Loureiro e Cunha (2008)¹³. O caderno “Técnicas e ferramentas participativas para a gestão de unidades de conservação”, parte integrante da série produzida pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)¹⁴ também agrega diversos recursos para a mediação de conflitos, aqui tratados de forma sintética.

12. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/QUINTAS_Jos%C3%A9_Silva_-_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_Gest%C3%A3o_Ambiental_P%C3%BAblica.pdf>

13. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a03.pdf>>.

14. Disponível em <<http://www.programaarpa.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/caderno4ArpaTecnicaParticipativas.pdf>>

Passo a passo da mediação de conflitos



Passo 1

Identificação prévia da situação conflituosa e de como esta se insere no contexto político, econômico e social local e/ou regional. Vale salientar a importância de se coletar a quantidade de informações necessárias ao início do trabalho de mediação, já que o estudo da situação que originou o conflito ocorrerá mais tarde, em conjunto com os diversos envolvidos. Neste caso, as informações qualitativas, discussões e análises sobre tendências podem ser mais úteis ao alcance do objetivo do que informações quantitativas em excesso.



Passo 2

Identificação dos atores sociais diretamente envolvidos no conflito. É importante que cada ator esteja caracterizado como parte da esfera estatal (órgãos públicos) ou não estatal (entidades empresariais, ONGs, sindicatos, cooperativas, população tradicional), bem como em termos de sua situação organizativa e de articulação política. Cada ator social aglutina grupos de interesse, ou seja, conjunto de pessoas que compartilham interesses comuns, como, por exemplo, associações comerciais, garimpeiros, extrativistas, agricultores familiares. No interior desses grupos, as relações de gênero e geracionais também são relevantes e é importante identificar segmentos de mulheres, jovens, crianças e de que forma estão implicados no conflito.



Passo 3

Mobilização e fortalecimento dos segmentos sociais identificados como mais vulneráveis. Isso faz parte da preparação desses atores para o processo, algo que pode se dar por meio de ações educativas e também mediante a criação de mecanismos/instrumentos capazes de facilitar a participação desses atores no processo de tomada de decisão.



Passo 4

Identificação de um grupo de referência/coordenação do processo. Este grupo deve ser composto por gestores da UC, representantes dos setores mais afetados por conflitos ambientais e em maior vulnerabilidade, além de alguns parceiros que possam contribuir na gestão do conflito. A gestão da UC deve ter mapeado previamente os atores estratégicos para compor esse grupo de referência, com vistas à diminuição das assimetrias. Além das instituições parceiras, agentes externos também podem compor essa equipe de trabalho, assumindo o papel de facilitadores. Um facilitador, além de atuar na condução de reuniões, deve auxiliar para que todos possam expressar suas posições em igualdade de condições.

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE FACILITADORES

A publicação “Técnicas e ferramentas participativas para a gestão de unidades de conservação”, do Programa ARPA, indica parâmetros para o funcionamento do grupo e a escolha de pessoas a fazerem parte da equipe de mediação de conflitos. É importante que todos os segmentos envolvidos estejam representados. Quando isso acontece, a equipe torna-se mais eficiente e os resultados são alcançados com maior facilidade.

Os elementos comuns presentes em grupos bem-sucedidos são:

- a. definição clara dos objetivos, das motivações e dos interesses dos integrantes;
- b. construção da identidade grupal, ou “sentimento de nós”, que indica o interesse em superar o conflito¹⁵;
- c. organização diante dos objetivos, principalmente em relação à distribuição de poder e ao estabelecimento de relações de liderança;
- d. criação de padrões de interação, comunicação e participação, importantes para capacitar o grupo a enfrentar dificuldades e trabalhar em prol dos objetivos;
- e. concepção de grupo como um processo, ou seja, como algo que está em constante movimento e construção, o que inclui a rotatividade da participação, a homogeneidade ou heterogeneidade dos participantes e a duração do grupo.

Adaptado de Drumond, 2009.

15. Tal medida é válida quando se trata de um conflito de fácil resolução. Nos casos em que ocorrem fortes assimetrias sociais, a medida apontada pela educação ambiental crítica é o fortalecimento dos segmentos sociais mais vulneráveis e em desvantagem diante da correlações de forças em disputa.



PASSO 5

Realização de estudo de caso com equipe formada para tratar da situação conflituosa. A experiência dos educadores tem mostrado que esta é uma estratégia importante para compreender a complexidade da questão ambiental. O estudo inclui a adoção de um roteiro para o estudo de problemas e a socialização dos resultados com a população afetada. O estudo de caso inclui:

- Pesquisa sobre histórico da situação conflituosa e quais as suas conexões com questões em outras escalas e níveis. Esse trabalho envolve identificar qual é a situação em disputa, quem está nela e também os efeitos sobre o meio natural e sobre a qualidade de vida dos grupos sociais afetados. O levantamento deve considerar os dados, informações e visões das diferentes partes envolvidas. Vale salientar a importância de que a leitura e a análise das informações obtidas sejam feitas sob a ótica dos diferentes componentes da equipe de trabalho, ou seja, por pessoas que possuem distintos pontos de vista sob um determinado aspecto ou tema abordado. Por outro lado, a utilização de diferentes fontes de informação permite cruzar os dados obtidos, o que conduz à construção de uma imagem mais acurada da situação, aumentando o grau de confiabilidade do processo.
- Parte do levantamento de dados, a identificação do posicionamento dos atores sociais envolvidos ou afetados é vital: o que cada ator social defende e para quem? Outro ponto importante é saber qual a conduta de cada ator diante do problema (conivente, negligente, omissa, indiferente, mediadora, negociadora, geradora, denunciadora, repressora)? Como agem os atores envolvidos no conflito? Como verbalizam suas posições? Qual o discurso ou expressões predominantes de cada um para defender seus interesses? Vale salientar que pessoas de diferentes idades, profissões, gêneros, posições sociais e políticas podem apresentar posturas semelhantes ou contrárias sobre determinada questão. Outro ponto importante é a identificação de informantes-chaves, pessoas que, pela sua posição, podem oferecer um quadro mais preciso e menos particular do assunto em questão.
- Identificação dos aspectos da legislação ambiental relacionados ao problema e às possibilidades de sua utilização pelo órgão ambiental e por organizações da sociedade civil na resolução do conflito socioambiental. A busca de apoio de órgãos como representações da Ordem dos Advogados do Brasil ou do Ministério Público¹⁶ pode ser útil tanto na identificação das leis em que os problemas identificados se enqua-

16. As ações empreendidas pelo Ministério Público Federal no enfrentamento de conflitos em unidades de conservação revelam a amplitude de temas e de atores envolvidos em diferentes pontos do país. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2014/06/05/ameacas-as-unidades-de-conservacao-federais-demandam-atuacao-do-mpf/>>

dram, como também dos recursos cabíveis, caso sejam necessários. Vale salientar, porém que o uso de medidas judiciais deve vir somente após esgotadas todas as possibilidades de negociação.

- Aplicação de procedimentos e metodologias que facilitem a participação dos diferentes atores sociais no seu estudo e na busca de solução (do problema), bem como na difusão dos resultados encontrados. Lembrando sempre os atores que estão em maior vulnerabilidade socioambiental e/ou que apresentam limitações quanto ao acesso e poder no processo de gestão. Vale salientar que, na perspectiva da educação ambiental crítica, tratar igualmente os desiguais significa ampliar as assimetrias sociais. Nessa fase é possível lançar mão de recursos de educomunicação, como a produção de vídeos-denúncia, informativos sobre a situação atual do problema ou conflito, participação em programas de rádio, TV, ou criação de campanhas em redes sociais.



Passo 6

Mapeamento de problemas e soluções

Após o levantamento de informações sobre o conflito é importante que a equipe gestora da UC, no exercício de sua competência mediadora e em conjunto com o grupo formado para trabalhar participativamente, crie as condições para que os diferentes atores sociais envolvidos tenham oportunidade de expor os seus argumentos sobre a disputa em questão. Isso pode ocorrer por meio de reuniões do conselho da UC ou até mesmo em audiências públicas, conforme a situação exigir.

A metodologia do mapa de problemas e soluções, bastante utilizada nesses casos, é detalhada por Drumond (2009):

- Além de levantar os problemas, os participantes são solicitados a apontar soluções, que podem ser escritas ou desenhadas, dependendo do seu grau de escolaridade.
- Após o levantamento de sugestões, o grupo é convidado a priorizá-las. Isso pode ser feito marcando-se com etiqueta adesiva, pedras ou outro material disponível, de três a cinco propostas consideradas mais importantes e viáveis.
- Os resultados dessa priorização são sistematizados e compõem o plano de ações para resolver o conflito.

Outro recurso que aparece bastante nas UCs é a árvore dos sonhos. A simbologia da árvore costuma ser bem recebida pelos atores sociais e permite visualizar as raízes dos problemas e também os resultados pretendidos por meio do compartilhamento dos sonhos dos diferentes segmentos sociais ali representados.

Desenha-se a silhueta de uma árvore e a partir de um *brainstorming* ou tempestade de idéias as pessoas escrevem seus desejos, considerando o futuro desejado para a comunidade, a UC, a região. Os sonhos, representando galhos, folhas e frutos, de acordo com as suas características, são pendurados na árvore dos sonhos. A partir daí, pode-se iniciar uma discussão sobre o que deve ser feito para tornar realidade esses desejos, o que propicia uma discussão entre sonhos conflitantes, prioridades dos pontos que conseguem bom nível de consenso e o que pode ser realizado.

Obviamente as situações vividas são muito mais complexas do que o esquema apresentado aqui. Porém o passo a passo pode fornecer subsídios, como salienta Quintas (2006), “para a prática de uma gestão ambiental que aposta na ação da cidadania como antídoto ao clientelismo político, à corrupção, ao descompromisso e muitos outros males que afetam o nosso serviço público”.

A educomunicação e a arte educação entram em campo

Conflitos, em geral, desafiam a capacidade de comunicação. Diante deles, a mera utilização da comunicação para divulgar a UC mostra-se insuficiente. Experiências já desenvolvidas revelam que a educomunicação pode ser útil na geração de capacidades e na diluição de barreiras entre os atores envolvidos em situações conflituosas vivenciadas durante a criação, implementação e gestão de UC.

O processo educativo e participativo de produção de vídeos, informativos e outros recursos de comunicação pode se converter em forma de sensibilização e reflexão dos atores envolvidos, trazendo novos elementos para sua forma de ver a questão ambiental. Muitas vezes, isso inclui entrevistas com representantes dos diversos segmentos em disputa, o que pode ser útil para colocar em contato atores sociais que antes nunca haviam estado frente a frente. Ao mesmo tempo, o uso dos meios de comunicação pela população afetada por problemas ou conflitos pode ser útil para mostrar sua visão a respeito de determinada situação contribuir com a sua organização, e fortalecê-la em sua autoestima e senso de pertencimento. A crescente importância das redes sociais joga relevante papel no acolhimento de denúncias de problemas socioambientais geradores de conflitos.

A educomunicação possui um arsenal de recursos, como a construção de mapas dos problemas sociais e ambientais das comunidades, revelando suas identidades e territórios, exposições fotográficas, produção de fanzines, programas de rádios comunitárias, entre outros. Em especial, quando se trata

de populações locais, esses recursos permitem resgatar o contexto histórico e cultural das comunidades e explicitar os dilemas e potencialidades, os conflitos, os campos de poder e as expressões do grupo.

A arte educação também desempenha um importante papel, em especial para lidar com segmentos de juventude e integrantes da comunidade que possuem tradições culturais em que as formas de expressão privilegiam a corporalidade, as emoções, a oralidade e a afetividade.

Diversas experiências já realizadas na gestão das UCs utilizaram a arte educação em momentos específicos, nos quais se exigia inovação na forma de engajar as comunidades ou mesmo na própria capacitação dos servidores para enfrentamento de conflitos. Algumas dessas possibilidades já realizadas são:

- Análise de conflitos – Cena Fórum
- Ampliação da capacidade comunicativa – Teatro do Oprimido
- Legislação ambiental para leigos – Facilitação gráfica
- Explicação de temas técnicos – Contação de histórias
- Desenvolvimento da criticidade – Palestra cênica, Teatro do Oprimido
- Averiguar entendimentos – *quis show* (uso de perguntas e respostas) e jogos lúdicos
- Criar clima favorável entre participantes – dinâmicas de descontração

As diversas metodologias/técnicas assumem lugar de destaque conforme a necessidade do processo educativo, que deve estar pautado na leitura de contexto em que se insere.

Dentre os recursos da arte educação, a Cena-Fórum e o Teatro do Oprimido merecem lugar de destaque no caso de análise de conflitos. A Cena Fórum oferece a possibilidade de representar os problemas da comunidade, podendo-se visualizar e analisar a situação com a distância necessária. Na análise do conflito feita pela Cena Fórum, as personagens (oprimidos e opressores) entram em conflito de forma clara e objetiva, na defesa de seus desejos e interesses. Neste confronto, o público é convidado pelo curinga (uma espécie de facilitador) a entrar em cena, substituir o protagonista (oprimido) e buscar alternativas para o problema encenado.

O Teatro do Oprimido¹⁷, do qual a Cena-Fórum faz parte, é uma metodologia criada pelo diretor teatral Augusto Boal, que reúne exercícios, jogos e técnicas teatrais. Tem como objetivo a desmistificação da linguagem teatral, tornando-a acessível às camadas populares, bem como a transformação da realidade por meio do diálogo propiciado pelo teatro. Trata-se também de uma forma de educação não formal, pois segundo Boal, é sabido que não há mudança sem conhecimento.

17. Para mais informações ver: <https://oprimary.wordpress.com/o-que-e-o-oprima/about/>

Outro importante recurso da arte educação são os jogos cooperativos, idealizados para auxiliarem as pessoas a se libertarem da competição e a trabalharem em equipe. De forma lúdica, as pessoas de todas as idades são encorajadas a perceber o outro não como adversário, como ocorre nas competições, mas como parceiros. Seu objetivo maior é a participação de todos em torno de uma meta em comum, com respeito aos ritmos individuais, de forma que cada um aporte o que há de melhor em si para compor com o grupo.

Tanto a cena fórum como o teatro do oprimido são utilizados para explicitar as posições e buscar formas alternativas de ver o problema. Os jogos cooperativos representam o momento seguinte no processo de formalização de uma visão de futuro e no planejamento das ações visando à superação do conflito.

 **Convite à interação**

Como são tratados os conflitos na UC em que atuo?

.....
.....

Existe alguma ação de capacitação da equipe gestora para utilizar a comunicação, a educação ambiental na gestão de conflitos?

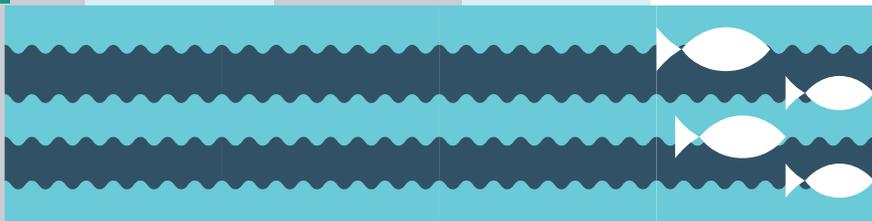
.....
.....

Que recursos metodológicos são usados para mediar os conflitos?

.....
.....

Que condições existem para incluir ações de arte educação e da educomunicação entre as estratégias a serem adotadas na mediação de conflitos socioambientais existentes?

.....
.....



3. O conflito como caminho e oportunidade de mudança

EXEMPLOS INSPIRADORES



Falar em unidade de conservação é, muitas vezes, falar de conflito. As razões são várias e vão desde a pouca percepção, pela população brasileira, dos serviços ambientais prestados pelas áreas protegidas e, portanto, da necessidade da existência destas áreas, até a criação de áreas desconsiderando a existência anterior de populações tradicionais naquele território.

Além disso, há forte pressão pelo uso irrestrito dos recursos ambientais do solo e do subsolo. A criação de unidades de conservação passa, portanto, a ser vista como entrave ao desenvolvimento e à acumulação de terras e de capital. Lidar com conflitos de toda ordem e promover a justiça ambiental é um dos papéis da gestão das UCs, talvez o mais desafiador, especialmente considerando que as relações de poder entre os atores dos diversos conflitos socioambientais são historicamente assimétricas.

A compreensão de que a conservação dos biomas, com sua fauna, flora e todos os serviços ambientais associados, não é apenas uma necessidade, mas uma oportunidade imediata para esta e para as futuras gerações, mobiliza a necessária mudança de paradigma, superando a falsa dicotomia desenvolvimento versus conservação.

Da mesma forma, a valorização e a conservação das populações que tradicionalmente vivem no interior e no entorno das áreas protegidas assenta-se no reconhecimento de que essas áreas estão até hoje conservadas devido à atuação dessas populações, inclusive pelo enriquecimento biológico dos territórios com os quais mantêm relação de pertencimento.

Para lidar com os diferentes conflitos que surgem desde a criação até a gestão cotidiana das UCs, algumas delas têm encontrado caminhos interessantes e inspiradores, baseados na busca da ampliação da participação social e no fortalecimento do pertencimento ao território. As estratégias envolvem a criação de espaços de debate, como fóruns e seminários; o fortalecimento dos conselhos; a valorização e a gestão de produtos extrativistas e pesqueiros; a formação dos gestores como mediadores de conflitos; a aposta no protagonismo juvenil; a utilização de mecanismos legais de compensação para regularização fundiária, entre outros¹⁸.

18. A coletânea das diversas experiências de comunicação e educação ambiental nas UC federais está disponível em <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/acoes/Experiencias_EA_e_Comunicacao_Atual.pdf>

São muitos os exemplos e as iniciativas que, tomando como ponto de partida o conceito de educação ambiental crítica e transformadora e a convicção da necessidade de fortalecimento da participação social., demonstram que se pode avançar em direção ao objetivo de conservação da biodiversidade com melhoria da qualidade de vida das populações diretamente envolvidas, gerando serviços ambientais para todos. O planeta agradece!



Fóruns para debate e troca de informações

19. Mais detalhes sobre esta UC em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM_APA_Costa_dos_Corais_2013_JANEIRO.pdf

Um conflito recorrente em muitas UC tem relação com a atividade turística. No caso da **APA Costa dos Corais (AL)**¹⁹, o conflito entre empreendedores turísticos e pescadores artesanais com relação ao acesso e uso das praias foi o tema do segundo Fórum Ambiental (*ver caderno 1*), envolvendo as prefeituras municipais de Porto de Pedras, Japaratinga e São Miguel dos Milagres e o Ministério Público. O objetivo era regularizar a situação e estimular a criação de planos diretores, com o ordenamento da atividade turística.

A ideia do fórum como espaço de articulação formal da comunidade surgiu em 2012, durante um curso de educação ambiental. Foram capacitadas 30 pessoas para iniciar o processo de mobilização. Houve intenso movimento de adesão de instituições e atores sociais para o primeiro encontro do fórum. Formou-se uma comissão composta por nove instituições, que se encontra mensalmente para debater as políticas públicas da região. Até 2015 foram realizados dois grandes eventos do fórum, abertos à comunidade, reunindo cerca de 450 participantes.

A **FLONA de Silvânia** (GO) seguiu o mesmo caminho, realizando a primeira Conferência Socioambiental em junho de 2013. Este foi o recurso utilizado pela sua equipe de gestores para mobilizar a comunidade, ampliar a divulgação da UC e promover o debate sobre a questão dos resíduos sólidos, que era tema de conflitos na região. O evento resultou na elaboração de um caderno de propostas, gerou estreitamento das parcerias existentes e o estabelecimento de novos vínculos institucionais, com a proposta de que tal evento aconteça a cada dois anos.

Experiência em destaque

APA Baleia Franca (SC)



Acordos sociais em meio à delicada disputa de interesses

Em Santa Catarina, a **APA Baleia Franca** vivenciou uma experiência de gestão de conflitos com base na educação ambiental crítica. Entre os objetivos da ação estavam a ampliação da noção de pertencimento e responsabilidade das comunidades pesqueiras artesanais em relação à APA e seus recursos ambientais, bem como o aumento da compreensão e possíveis tratamentos de conflitos históricos entre comunidades de pesca artesanal, pesca industrial e amadora, turismo e esportes náuticos. Como horizonte, a busca de sustentabilidade em um ambiente marcado por múltiplos interesses e atividades econômicas.

O ponto central foi o acordo estabelecido com as comunidades pesqueiras da região em relação à abertura da barra da Lagoa de Ibiraquera, uma barreira natural de areia que divide a lagoa e o mar. A abertura natural da barra acontece em determinadas épocas do ano e é fundamental para a renovação das águas e para a entrada de peixes e larvas de camarão na lagoa. Desse delicado equilíbrio do ecossistema depende a sobrevivência das famílias da região. Com a pressão da atividade turística, começaram a haver intervenções antrópicas para elevar a frequência do encontro das águas, sem critérios ambientais claros. Por isso, a gestão da APA agia no sentido de impedir a abertura da barra, gerando conflitos entre prefeitura, pescadores, moradores, empresários locais e UC.

Para lidar com essa situação, a gestora da área propôs um processo participativo para a construção de critérios e a definição de épocas para a abertura da barra, conciliando os diversos interesses envolvidos e o objetivo de proteção ambiental. Foram realizadas oficinas com metodologia de análise de conflitos, reuniões de negociação tendo como consenso principal a saúde da lagoa como elemento fundamental para todas as atividades. Conseguiu-se, nesse processo, definir critérios baseados no nível de água, na presença ou aproximação de

cardumes de peixes ou larvas de camarão e nas condições de maré e vento.

Um comitê gestor com representantes do turismo, dos moradores, dos esportes, dos pescadores, da prefeitura e da APA foi formado para apoiar a implementação dos critérios. Nesse momento, a participação dos antigos mestres de pesca das comunidades tradicionais mostrou-se fundamental, principalmente porque atuaram em condições de igualdade com os representantes do turismo.

Antes da chegada do turismo de massa, eram esses mestres que faziam a gestão da abertura da barra. Porém, isso se perdeu com as pressões derivadas do turismo (especulação imobiliária, grandes hotéis e esportes radicais de velejo). A partir do novo acordo, a abertura da barra da Lagoa passou a ser feita considerando os critérios, o que traz maior possibilidade de sustentabilidade e reduz os conflitos. O processo, bastante desafiador, trouxe mudanças positivas no relacionamento dos diversos setores com a UC.

Essa negociação inspirou outras ações visando ao planejamento da gestão participativa dos recursos ambientais da região. Inicialmente foram realizadas visitas às comunidades para aprofundar os conhecimentos sobre as pescarias e os pescadores locais e mobilizar para a construção do plano de gestão dos recursos pesqueiros.

Num segundo momento, foram capacitadas lideranças locais da pesca artesanal para participarem da elaboração do plano. Essa capacitação realizou-se durante uma imersão de três dias com as lideranças identificadas nas visitas. Participaram 30 pescadores/as selecionados de acordo com critérios de representatividade, disponibilidade para participar, conhecimento das artes de pesca e boa relação com os moradores locais. Houve cuidado em buscar equilíbrio na representação de jovens e mulheres. As atividades educativas envolveram estudos dirigidos, estudos de caso, dramatizações utilizando a metodologia do Teatro do Oprimido e exposições dialogadas, para tratar de temas como a situação dos recursos pesqueiros no Brasil e na região, a gestão compartilhada, justiça ambiental, cidadania, participação, protagonismo e negociação social.

A ação da APA também se estendeu a professores da rede pública e outras lideranças comunitárias. Nesse sentido, realizou-se um curso de educação ambiental como parte dos Programas Ambientais exigidos no licenciamento da obra de pavimentação da rodovia SC-100, que liga os municípios de Laguna e Jaguaruna. O curso foi pensado a partir dos seguintes princípios: (1) a APA Baleia Franca é um importante instrumento de desenvolvimento territorial sustentável; (2) a sua gestão deve ser compartilhada com a sociedade por meio da participação protagonista; (3) nesse ambiente, a mediação de conflitos socioambientais é uma constante; (4) o uso dos recursos naturais da área deve ter como pressupostos a sustentabilidade e a justiça

ambiental. Por isso, os três módulos teóricos do curso focalizaram: crise ambiental; meio ambiente e cidadania; e a prática da educação ambiental. O curso envolveu 33 participantes, que, por sua vez, produziram projetos de educação ambiental a serem implementados no âmbito das escolas e demais instituições participantes.

O papel dos Conselhos

A criação e o fortalecimento dos Conselhos (*ver caderno 2*) é uma das estratégias básicas para a aproximação entre a UC e as comunidades de seu interior ou de seu entorno. O Conselho é o espaço institucionalizado por excelência da participação social na gestão das UCs.

Diversas iniciativas têm avançado no sentido da criação, da formação e do fortalecimento desse espaço, buscando qualificar o debate e estabelecer um campo de esclarecimento de disputas e de tomada de decisões. O esforço é no sentido de que os Conselhos realmente sejam espaços em que as vozes que não são normalmente ouvidas, nas relações de poder que se estabelecem nos territórios, tenham vez, com o mesmo peso e a mesma medida.

Quando se trata de uma Reserva Biológica (REBIO) tal esforço é ainda maior, por se tratar de UC de proteção integral. Na **REBIO Marinha do Arvoredo**²⁰ (SC) durante dois anos foi elaborado de forma participativa o Programa de Educação e Interpretação Ambiental, envolvendo os conselheiros e demais parceiros da UC. O Programa seria uma estratégia para gerir conflitos e buscar aproximação entre a REBIO e seus vizinhos. Reuniões foram realizadas para o levantamento de temas, utilizando ferramentas como a Árvore dos Sonhos. As propostas surgidas foram agrupadas e posteriormente incorporadas no planejamento do Conselho, que contou, para isso, com o apoio de professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O programa desenvolve diversas linhas de atuação, como: (1) sensibilização dos indivíduos por meio de ações de educação ambiental em diferentes espaços, incluindo atividades monitoradas de mergulho; (2) mobilização social, por meio do estímulo à participação de comunidades de pesca em fóruns de gestão ambiental pública; (3) formação de multiplicadores em educação ambiental; (4) disseminação, disponibilização e divulgação de informações sobre a UC e ações de educação ambiental, incluindo campanhas de esclarecimento e elaboração de materiais didáticos e informativos; (5) estruturação para a educação ambiental, a fim de que a REBIO receba estrutura física adequada para a realização de atividades e sinalização; (6) integração

20. Mais informações em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/idades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/idades-de-conservacao-marinho/2276-Rebio-marinha-do-arvoredo>>

entre projetos e ações de educação ambiental, fomentando a construção de propostas comuns entre a UC e instituições e entidades parceiras.

A construção de pactos

Uma experiência de construção de pacto ocorreu na **REBIO do Lago Piratuba** (AP), onde as comunidades tradicionais sempre viveram da pesca. Com a criação da UC, ocorrida sem consulta aos comunitários, instaurou-se o conflito, especialmente com os moradores da vila do Sucuri-ju, cujos lagos situam-se dentro da REBIO. Isso fez com que os pescadores tradicionais atuassem na ilegalidade, uma vez que continuavam praticando a pesca, da qual vivem desde o século XIX. Além da sobrevivência econômica, a região dos lagos está fortemente vinculada à identidade cultural dessa comunidade.

Durante vinte anos, a estratégia da gestão da REBIO foi tentar impedir a pesca, intensificando os conflitos. Em 2005, tiveram início negociações com vistas à construção de acordos que regulamentassem o acesso à área, o ordenamento dos apetrechos, a definição dos tamanhos e das quantidades de pescado, períodos e locais de pesca, penalidades e sanções. Com o monitoramento participativo dos recursos pesqueiros foram definidas técnicas tradicionais seletivas, como o arpão e a zagaia, para a pesca do pirarucu.

Tais medidas fizeram com que os pescadores passassem de antagonistas a aliados da UC, colaborando nas atividades de proteção e de pesquisa científica. Isso tem dificultado a entrada de pescadores externos, pois os moradores da Vila atuam como guardiões. De acordo com o monitoramento realizado, não tem havido diminuição do pirarucu, demonstrando que foi uma decisão acertada do ponto de vista da conservação e do ponto de vista da sobrevivência econômica e cultural daquela comunidade quilombola.

Formal ou não formal, sempre a educação

A Floresta Nacional (Flona) do Tapajós²¹, no Pará, é cenário de diversos conflitos envolvendo comunidades indígenas e quilombolas. Devido à sobreposição territorial entre a unidade e o território indígena, ali se desenvolve um projeto de educação ambiental crítica junto aos indígenas das aldeias mundurucus Bragança, Marituba e Takuara. Esse projeto constitui uma oportunidade para análise da situação conflituosa existente entre esses atores e a unidade de conservação, de modo a possibilitar o seu envolvimento nos

21. Mais informações em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Flona_tapajoss.pdf>

processos de gestão da Unidade e dos recursos naturais nela inseridos. A ação está inserida nos planos de gestão socioambiental da Flona. Como resultado do projeto observa-se melhor comunicação e interação entre a gestão da Unidade e o grupo indígena, contribuindo para a conservação da biodiversidade e a qualidade de vida dessas comunidades.

Como forma de buscar aproximação com as comunidades, a gestão da FLONA tem investido em projetos como o da movelaria na comunidade de Pedreira, com aproveitamento de resíduos do manejo florestal (as “galhadas”), que antes eram queimados. Além da geração de renda para a comunidade, a iniciativa gera benefícios adicionais com a diminuição de focos de calor e de desmatamento.

Por outro lado, a FLONA tem realizado ciclos de palestras, exibições de vídeos e oficinas buscando identificar a percepção dos participantes em relação à UC. Com a construção da árvore dos sonhos, os comunitários descrevem as visões de futuro sobre o ambiente em que vivem. Nesses eventos, alguns dos temas debatidos foram o desmatamento, o defeso dos peixes, a caça ilegal e os resíduos.



Ciclo de palestras

No Paraná, o **Parque Nacional (PARNA) Campos Gerais** iniciou uma série de palestras em escolas da região como estratégia para fazer frente aos conflitos decorrentes de sua criação, bem como da REBIO das Araucárias, existente nas proximidades do Parque. A partir das palestras, surgiu a proposta de se trabalhar também com professores e formalizou-se a parceria com a rede estadual de educação nos municípios de abrangência do PARNA e da REBIO.

Foram realizadas atividades de capacitação de professores para atuarem como multiplicadores de educação ambiental e estes, por sua vez, propuseram projetos de intervenção ambiental em suas escolas de origem. O ciclo se conclui com a mostra desses projetos. Até 2014 houve dois ciclos de formação, envolvendo 60 professores dos municípios de Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Imbituva, Teixeira Soares e Ipiranga, com quatro encontros cada ciclo, sendo três teóricos e um teórico-prático.



Queima controlada e educação patrimonial

No Piauí está a maior concentração de sítios arqueológicos conhecidos nas Américas. A Toca do Boqueirão reúne pinturas rupestres que fornecem a mais antiga datação da presença humana no continente americano. Esse acervo faz parte do **Parque Nacional Serra da Capivara (PI)**²², região considerada Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1991. No entanto, a existência da UC, longe de gerar consenso, provoca diversos conflitos.

Para diminuir essa tensão e promover o conhecimento, pela população local, do patrimônio arqueológico e cultural da região, o PARNA realiza um curso por ano sobre queima controlada. A atividade destina-se a representantes das comunidades do entorno, inclusive assentamentos, buscando a formação de multiplicadores. Desenvolve também o projeto “O Parque mais próximo da comunidade”, proposto pela Associação dos Condutores de Visitantes Ecoturísticos do PARNA (ACOVESC). O trabalho consiste em palestras nas comunidades e visitas guiadas ao Parque, uma a duas vezes por mês, tratando de temas como arqueologia e educação patrimonial - história, pinturas rupestres, meio ambiente e conservação do patrimônio.

22. Para mais informações: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitaao/ucs-abertas-a-visitaao/199-parque-nacional-da-serra-da-capivara.html>> <www.fumdam.org.br/http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_Serra_da_Capivara> <http://www.saoraimundo.com/serra_da_capivara.php> <http://www.saoraimundo.com/noticias/headline.php?n_id=18622>



Abertura para o aprendizado

A criação da **Estação Ecológica (ESEC) Serra das Araras**, em Mato Grosso, configurou uma situação de conflito ao desconsiderar os povos que ali viviam e que tradicionalmente manejavam a região. Eles foram “desapropriados” com o fim de preservar uma amostra da biodiversidade da província serrana do Alto Paraguai com foco na realização de pesquisa científica.

O processo conflituoso de criação da UC e sua categoria altamente restritiva de presença humana afastaram a população local. Até que professores da rede municipal de educação do município de Porto Estrela (MT) sugeriram a reabertura da ESEC para ações de educação ambiental e demais atividades pedagógicas com os estudantes da região. Foi elaborado um curso com formação teórica e uma vivência na ESEC, que trata da conservação da biodiversidade e de temáticas em diferentes disciplinas, a partir de uma abordagem multidisciplinar.

História em destaque

PARNA do Iguaçu (PR)



A Escola Parque como estratégia de aproximação

As Cataratas do Iguaçu, uma das Sete Maravilhas da Natureza, estão rodeadas por 185 mil hectares de remanescentes de Mata Atlântica e por muitos conflitos. O **PARNA do Iguaçu**²³ convive com diversos tipos de pressão, como a extração ilegal de palmito, a caça ilegal e o uso intensivo da UC pela comunidade do entorno, em especial com a presença da Estrada do Colono, que corta o Parque.

A presença dessa estrada, aberta em 1954 e com 17 km de extensão, intensificou os problemas de caça ilegal e de desmatamento no PARNA. Por isso, a estrada foi fechada pela Justiça em 2003. Tal medida gerou forte indisposição das comunidades do entorno com a gestão do Parque, porque aumentou em muitos quilômetros o percurso entre as cidades, comprometendo o comércio local e mantendo algumas comunidades isoladas. A situação da estrada ainda gera polêmica, havendo um projeto de lei em tramitação da Câmara Federal para reabri-la.

Tal fato se agrava por ser o Parque um centro nacional de referência em proteção de felinos, como a onça-pintada. Os ataques desses animais aos rebanhos locais, em uma região fortemente afetada pelo desmatamento, têm causado problemas com os moradores dos arredores do Parque, que em retaliação promovem caçadas ilegais no interior da UC.

Para minimizar essa tensão e buscar aproximação com o entorno, a estratégia do PARNA foi a reorientação da Escola Parque, responsável pelo programa de Educação Ambiental da UC. Essa escola havia sido fundada em 1963 para atender aos filhos de funcionários e de fazendeiros lindeiros ao Parque. Em 1998, já municipalizada, a escola foi considerada economicamente inviável e desativada. Em 1999, o Parque iniciou a implementação de seu Plano de Manejo e a escola tornou-se o espaço físico para o Projeto de Educação Ambiental, sendo inaugurada em 2000.

Com o fechamento da Estrada do Colono, em 2003, a Escola Parque passou por um processo de replanejamento, a partir de avaliação e diagnóstico com representantes das secretarias de Educação dos municípios de entorno e

23. Mais informações em: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/manejo/siuc/planos_de_manejo/pni/html/index.htm>

do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu. Desse processo surgiram propostas de um programa de Educação Ambiental continuado, ampliado para além dos limites do Parque e em sintonia com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Duas novas bases da Escola foram criadas em outros municípios, além de Foz do Iguaçu. Estabeleceram-se parcerias e a proposta metodológica conta com apoio financeiro da Ecocataratas²⁴ e das concessionárias do Parque. O trabalho de educação ambiental crítica vem se desenvolvendo desde 2012, com o objetivo de fortalecer a Escola Parque como um espaço de referência de diálogo e ação conjunta em educação ambiental para reforçar os mecanismos de gestão do PARNA do Iguaçu, especialmente quanto à participação da população do entorno, articulação e controle social nos processos decisórios relativos à conservação.

Para isso, são desenvolvidas ações específicas com professores e alunos, com formação de monitores voluntários. Entendendo que a educação ambiental é um processo contínuo de sensibilização, informação e ensino-aprendizagem, a cada ano, os projetos são avaliados e adaptados. Um dos pontos importantes dessa estratégia foi o incentivo ao protagonismo das lideranças locais, participando do Conselho Gestor da Unidade de Conservação.

O Parque Nacional do Iguaçu utilizou a mesma metodologia aplicada na FLONA de Carajás (*ver caderno 3*) e desenvolveu o projeto “A Escola Vai ao Parque” como parte do Programa de Educação Ambiental. A partir de 2013, representantes das concessionárias que atuam na UC passaram a se reunir regularmente para planejar, executar e avaliar essas atividades, que envolvem a produção de material informativo, palestras, exposições fotográficas, visitas técnicas, entre outras.

A formação de professores é feita pelo Curso de Educação Ambiental em Unidades de Conservação, com o objetivo de sensibilizar e orientar professores e pessoas das comunidades do entorno do Parque para se envolver na gestão e nas decisões relativas à região. Trata-se de um curso realizado em cinco módulos presenciais anuais, de oito horas cada, sendo que entre cada módulo há uma etapa à distância para elaboração de projeto de intervenção. Acontece ainda um seminário de educação ambiental com 12 horas e a elaboração e execução de 12 projetos de enriquecimento prático, feitos pelos professores em suas comunidades escolares.

O envolvimento dos alunos do ensino médio das redes municipais de educação dos municípios do entorno se dá por meio do projeto: Conhecendo os Rios do Parque. Os estudantes participam de encontros mensais nos quais realizam coleta e análise de água e de palestras sobre o parque e

24. Ecocataratas é a empresa responsável pela administração de 387,1 quilômetros da rodovia BR-277 entre os municípios paranaenses de Guarapuava e Foz do Iguaçu.

sobre qualidade hídrica. Com o material coletado e as informações recebidas, os jovens realizam um diagnóstico e propõem ações para minimizar os impactos percebidos.

Um aspecto metodológico que merece destaque é a Gincana Ecológica, realizada com crianças do quinto ano do ensino fundamental dos municípios do entorno. As regras da gincana são definidas em conjunto com representantes das Secretarias Municipais de Educação. Esse coletivo coordena todo o processo de elaboração da prova, de visita à ecotrilha, de realização do concurso e de premiação. Nos últimos anos, as propostas mais estimuladas foram a construção de um livro de histórias sobre o Parque utilizando materiais alternativos, uma maquete sobre o PARNA e um gibi comemorativo dos 75 anos de existência da UC.

O grande desafio do PARNA é que a Escola Parque torne seus projetos perenes, considerando que a educação ambiental é um processo contínuo. Para isso, a batalha constante é pela manutenção dos recursos humanos e financeiros necessários. A responsável pela Escola percebe mudanças positivas, especialmente nos professores e no diálogo que estes estabelecem com o Parque.

A FORÇA DOS COLETIVOS EDUCADORES

Logo após o fechamento da Estrada do Colono, em 2003, o PARNA desenvolveu parceria com a empresa Itaípu Binacional, com 34 prefeituras e 42 outras organizações da região, formando o Coletivo Educador da Bacia do Paraná III. Esse coletivo trabalhou com a metodologia Pesquisa-Ação-Participativa (PAP), também chamada de Pessoas-que-Aprendem-Participando, a partir de rodas de diálogos que constituem mandalas multiplicadoras de saberes e cuidados socioambientais. Nesse programa foram formados 298 educadores e educadoras, com uma metodologia que trabalhava com as Oficinas de Futuro, compreendendo quatro momentos:

- Muro das lamentações – identificam-se os danos ao meio ambiente e as reclamações da comunidade, que avalia a sua conduta e aponta os problemas a serem resolvidos;
- Árvore da esperança – manifestação das aspirações de hoje e de amanhã (sonhos).
- Caminho adiante – definem-se as ações corretivas dos problemas identificados, comprometendo-se com uma nova conduta.
- Pacto das Águas – momento de celebração do compromisso pelo cuidado com as águas. Representa o momento de mobilizar a sociedade tanto financeiramente quanto na construção do respeito mútuo, com compromisso com a sustentabilidade.

Mudanças no paradigma levam a mudanças na realidade

A mudança de mentalidade dos moradores do entorno da **Reserva Biológica Guaribas** (PB) tem feito com que os incêndios florestais não ocorram mais no interior da REBIO e que a caça ilegal tenha se tornado uma ocorrência esporádica. Isso, no entanto, não era assim. A mudança se deveu a uma atitude dos gestores da REBIO em torno do programa de combate a incêndios.

Os incêndios, o desmatamento e a caça eram problemas constantes nesse remanescente de Mata Atlântica. As comunidades do entorno viam a UC como entrave e obstáculo, o que muitas vezes estava na origem dos proble-

mas identificados. Quando a gestão da REBIO começou a considerar a Brigada de Incêndio como um parceiro e os brigadistas como multiplicadores ambientais, tudo começou a mudar.

O pulo do gato foi a forma de selecionar e contratar os brigadistas, garantindo, por meio de chamada pública, participação de moradores das comunidades do entorno. Para garantir essa condição de vizinhança, a equipe da UC vai até a moradia do candidato. Os selecionados passam por treinamento e recebem um salário durante o período seco, quando há maior risco de incêndio. Essas decisões mudaram a relação da brigada com a UC, que ganhou parceiros e aliados em todas as localidades.

Na **REBIO do Rio Trombetas** (PA)²⁵ também houve mudança de mentalidade e criação de aliança e parceria com as comunidades quilombolas na proteção das tartarugas. As comunidades, que tradicionalmente vivem na região desde o século XIX, eram consideradas predadoras e vistas como fonte de conflito frente à ação fiscalizadora da REBIO, com o fim de coibir a caça e o desmatamento. Os conflitos só aumentavam nesse contexto de desconfiança e punição.

Tudo mudou quando as comunidades passaram a ser vistas como agentes de conservação, potenciais aliados, por um projeto de monitoramento participativo da reprodução de quelônios na Amazônia. Os resultados na proteção das tartarugas têm sido garantidos pelo envolvimento das comunidades.

As famílias interessadas foram capacitadas para fazer o monitoramento nas praias e a soltura dos filhotes passou a ser um evento significativo na região. Além dos resultados concretos em relação à conservação das tartarugas, os conflitos entre as comunidades quilombolas e a REBIO diminuíram, demonstrando que a mudança de paradigma – considerá-las aliadas e não inimigas – é o melhor caminho.



Juventude e arte, mistura que dá rock!

A aposta nos jovens é um recorte que muitas UCs fazem no momento de elaborar suas estratégias para aproximação com as comunidades, para maior participação na gestão e para diminuir ou gerenciar os conflitos (*ver caderno 1*). No caso da **APA Costa dos Corais** (AL)²⁶, a educação ambiental crítica, utilizando-se da metodologia Verde Perto (*ver caderno 1*), utilizada nas demais UCs com o programa Jovens Protagonistas, tem sido utilizada em encontros mensais e quinzenais com a juventude.

As atividades realizadas focalizam os conflitos relacionados ao acesso às praias por conta do turismo extensivo. São realizadas oficinas de desenhos, vídeos e literatura de cordel; atividades como limpeza de praia; exibição de filmes do Circuito Tela Verde; jogos ambientais; pesquisas com pescadores sobre zoneamento de turismo.

25. Mais detalhes em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/REBIO_trombetas.pdf>

26. Mais informações em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM_APA_Costa_dos_Corais_2013_JANEIRO.pdf>

Essa participação tem garantido à juventude presença no Conselho da APA, bem como nas etapas regional, estadual e nacional da Conferência Nacional de Meio Ambiente e no Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Com isso, além de gerar parcerias promissoras, a iniciativa da APA está produzindo uma geração de jovens ativistas ambientalistas.

Trabalhando a partir de outro foco: saúde

O **Parque Nacional Serra da Bocaina (SP)**²⁷ vive situações de conflitos pela posse de terra na região do Parque e no entorno. É uma região que abriga onze bairros, duas comunidades indígenas e uma quilombola. Somente no quilombo há rede de esgoto instalada, porém sem estação de tratamento. Praticamente todo o esgoto da região é lançado *in natura* no rio. O adensamento da região vai transformando a paisagem rural e formando agrupamentos urbanos, com conflitos pela posse da terra que envolvem não apenas o **PARNA Bocaina**, mas a **APA Cairuçu** e a **Reserva Ecológica (RESEC) da Juatinga**. A proposta do **PARNA** é trabalhar um projeto com foco na saúde ambiental para lideranças comunitárias, professores, agentes de saúde e de vigilância sanitária, em quatro módulos de três meses cada, sendo que o terceiro é voltado para a educação e a construção de materiais educativos e de comunicação voltados para a saúde ambiental.

27. Mais informações em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2212-PARNA-da-serra-da-bocaina>>

Gestores como mediadores de conflito

A **Rede de Conservação dos Campos de Cima da Serra (RS)**²⁸ faz um trabalho educativo voltado para os gestores das UCs, com abordagem sociointeracionista e inserção da temática dos conflitos dentro do processo de educação ambiental. A proposta é que os gestores se apropriem da educação ambiental crítica e vejam a gestão ambiental como mediadora de conflitos. O próprio conceito de conflito é questionado (conflito ou potencialidade?).

Os gestores são chamados a refletir em situações de exposições dialogadas, mesas redondas, exibições de vídeo, estudo e discussões de textos, atividades em grupos, dinâmicas vivenciais e outras. A proposta é que os gestores trabalhem a partir de outro paradigma para abordar de forma diferente as situações consideradas conflituosas, percebendo as questões de fundo, como as que envolvem justiça e injustiça ambiental.

28. Mosaico de áreas protegidas situado no Rio Grande do Sul e composto por nove UC de diferentes tipos e categorias sob regime de proteção municipal, estadual e nacional. Mais informações em: <<http://www.rge-rs.com.br/LinkClick.aspx?fileticket=4QaEzrmM4A4%3D&tabid=317&language=en-US>>

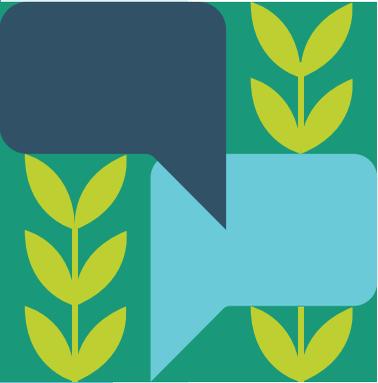
 **Convite à interação**

Quais dessas metodologias de educação ambiental e comunicação podem ser aplicadas/adaptadas na UC em que atuo?

.....
.....

Que outras metodologias de educação ambiental e comunicação poderiam ser aplicadas na UC?

.....
.....



4. Indicadores e a gestão de conflitos socioambientais

SINAIS DE ALERTA



Um elemento crítico a ser considerado na gestão das unidades de conservação é a disponibilidade de mecanismos de monitoramento e avaliação sobre os conflitos socioambientais. É nítida a incipiência dos processos de sistematização das informações sobre o assunto. A importância de sistematizar essas informações, bem como de elaborar indicadores capazes de atestar a eficácia e efetividade da comunicação e da educação ambiental nos processos em torno da criação, implementação e gestão das unidades de conservação foram pontos enfatizados nos cadernos anteriores.

Loureiro (2013) destaca a importância do uso de indicadores, definindo-os como “uma medida, qualitativa e/ou quantitativa, que informa algo específico sobre determinado aspecto da realidade, que é composta tanto por propriedades quantitativas que decorrem de magnitudes e de acumulação, quanto por atributos qualitativos (percepções, representações, valores, condutas etc.)”. Os indicadores são considerados fundamentais como subsídios para a avaliação, o registro e a sistematização dessas experiências, sem os quais a memória institucional da UC em termos de comunicação e educação ambiental na gestão de conflitos fica muito prejudicada.

No caso da formulação de indicadores para avaliar a efetividade das estratégias de comunicação e educação ambiental no âmbito local, vale salientar que são bem poucos os exemplos existentes. Ao se debruçar sobre este assunto, Drumond (2009) resgatou exemplos de alguns sinais de alerta para verificar a participação em projetos de conservação, indicadores de que o projeto está conquistando ou não conseguindo a adesão da população local. Tais indicadores podem servir como “sinal amarelo” para a possibilidade de conflitos em torno da UC e estão sintetizados na tabela a seguir.

| INDICADORES | SITUAÇÕES DE ALERTA |
|---|--|
| Porcentagem de atores locais que estão informados a respeito da iniciativa de conservação | Vários atores locais e até mesmo informantes-chaves não estão cientes da iniciativa |
| Porcentagem de pessoas que se sentem confiantes em participar e influenciar o projeto | Os parceiros estão relutantes em falar sobre o projeto |
| Sentimento de pertencer à iniciativa (atores locais falam a respeito do projeto com interesse e orgulho) | As pessoas referem-se ao projeto como “seu projeto” ou com aparente ressentimento. Podem ainda criar apelidos ou músicas que desqualifiquem a iniciativa |
| Variedade de propostas e pontos de vista apresentados durante os encontros | Os encontros são dominados por apenas uma pessoa ou grupo que defendem seus próprios interesses |
| Nível de desavenças expresso nos encontros onde a iniciativa é discutida (é um indicador positivo!) | Participantes do projeto não encontram oportunidades para expressar suas próprias opiniões |
| Habilidade dos atores locais de se expressar, articular seus interesses e preocupações, e estabelecer acordos com os outros | Oposição é expressa por meio de atos de rebelião ou violência, possivelmente anônimos. A comunidade protege aqueles que prejudicam a iniciativa |
| Capacidade dos líderes locais de envolver a comunidade com a iniciativa | A maioria dos participantes necessita de organização e representação formal |
| Número e relevância das atividades dentro da iniciativa de conservação em que os atores locais exercem importante papel | O projeto envolve apenas pessoas não pertencentes ao contexto local e regional |
| Número de grupos locais e associações que possuem um relacionamento frequente com o projeto | Existem poucos relacionamentos de grupos com atuação no contexto local e regional da UC com o projeto |
| Média de investimentos realizados por grupos com atuação no contexto local e regional da UC | Não há investimento local |
| Porcentagem de atores locais que iniciaram uma parceria com outros grupos com atuação no contexto local e regional da UC devido ao projeto de conservação | Emergência de novos conflitos entre participantes ou grupos com atuação no contexto local e regional da UC |

Fonte: Drumond (2009), adaptado de Borrini-Feyerabend (1997a).

No caso da ENCEA, a gestão de conflitos socioambientais relaciona-se a todas as diretrizes, mas reveste-se de especial importância na Diretriz 2 (Consolidação das formas de participação social) e na Diretriz 4 (Inserção da educação ambiental e da comunicação nos processos educativos não formais).

Do próprio estudo da situação conflituosa envolvendo a UC podem emergir importantes indicadores, tais como:

- quantidade de conflitos socioambientais registrados a cada ano;
- histórico de evolução dos conflitos socioambientais a partir da criação da UC;
- perfil dos sujeitos implicados nos conflitos socioambientais;
- percepção dessas comunidades acerca da natureza dos conflitos socioambientais;
- abordagem dos conflitos socioambientais nas reuniões do conselho da UC.

Alguns indicadores podem atestar a eficiência da educação ambiental na mediação de conflitos socioambientais. Como exemplos, podem-se citar:

- segmentos envolvidos em conflitos e/ou problemas que foram priorizados pelo Programa de educação ambiental;
- resolução dos conflitos, problemas e/ou riscos socioambientais;
- competências adquiridas por esses segmentos voltadas à participação e ao controle social na gestão ambiental;
- atividades de educação ambiental realizadas pelos grupos organizados.

Buscando aferir a efetividade do uso da comunicação e da educação ambiental nos processos de mediação de conflitos socioambientais, alguns indicadores poderiam ser:

- setores da sociedade que efetuaram mudanças em relações e práticas sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida de todos;
- fortalecimento da organização social de atores sociais em vulnerabilidade socioambiental por meio da sua formalização ou atuação mais efetiva;
- processos econômicos criados que consideram a sustentabilidade ambiental, social e cultural da região visando ao desenvolvimento local;
- ações de melhoria socioambiental decorrentes da participação comunitária;
- iniciativas de inclusão das questões ambientais nas agendas dos segmentos públicos e privados dos estados e municípios.

Implementando ações de comunicação e educação ambiental nas UCs

Alguns indicadores de produtos a serem desenvolvidos a partir das ações de educação ambiental e comunicação, visando dar concretude às Diretrizes nº 2 e 4 da ENCEA, estão expressos na tabela a seguir:

| RESULTADOS ESPERADOS | INDICADORES DE PRODUTO |
|---|---|
| Participação ativa das comunidades e dos grupos sociais na gestão de UC. | Participação social na gestão da UC. |
| | Mediação de conflitos socioambientais no território da UC. |
| Grupos com atuação no contexto local e regional da UC desenvolvem ações e atitudes socioambientais. | Ações educativas realizadas junto a atores sociais em vulnerabilidade socioambiental no contexto da UC. |
| | Novas ações desenvolvidas por grupos com atuação no contexto local e regional da UC. |
| Melhora da imagem da UC frente à sociedade local. | Participação de gestores e servidores da UC nos veículos de comunicação. |
| | Menções à UC nos meios de comunicação sociais e comunitários. |

O conjunto de atividades de comunicação e educação ambiental propostas deve ser coerente com a produção dos indicadores de resultado. Para cada atividade deverão ser elaborados indicadores de processo, conforme os exemplos do quadro abaixo:

| ATIVIDADES | INDICADORES DE PROCESSO |
|---|---|
| Promover Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) dos problemas ambientais da região. | Quantidade de pessoas das comunidades envolvidas o DRP. |
| Promover rodas de conversa sobre os conflitos socioambientais no território. | Temas abordados nas rodas de conversa. |
| Utilizar os meios de comunicação locais para divulgar os temas da UC. | Quantidade de veiculações de notícias sobre a UC nos meios de comunicação locais. |



Para coletar dados

Um desafio para os processos de monitoramento e avaliação é o registro e a coleta de dados que permitam analisar com consistência o alcance dos resultados das ações. Alguns indicadores exigem pesquisas mais amplas acerca das condições sociais e da percepção da população em relação a determinadas questões. Outros dependem do registro sistemático das informações relacionadas às atividades desenvolvidas. Outros, ainda, dependem da interação entre os atores sociais para confrontar opiniões acerca de alguns fenômenos.

Aqui são citados exemplos de métodos de coleta e análise de dados que podem ser utilizados pelos programas de comunicação e educação ambiental:

- Aplicação de questionários em atividades presenciais para conhecer as opiniões dos participantes sobre conteúdos, metodologia e resultados.
- Pesquisa de satisfação sobre atividades e resultados.
- Grupos focais sobre temas polêmicos, como os conflitos socioambientais.
- Estudos de casos.
- Pesquisa em fontes secundárias, como institutos de pesquisa, censos, trabalhos acadêmicos, relatórios de órgãos públicos etc.
- Entrevistas com responsáveis pelas ações e/ou com beneficiários.
- Análise de relatórios de atividades e relatórios dos projetos sociais.
- Observação direta de ações coletivas, como visitas à UC, trilhas interpretativas, mutirão nas escolas e nas comunidades etc.
- Seminários para apresentação dos resultados de atividades e/ou pesquisas.
- Formulários online.
- Reuniões dos fóruns e redes.
- Controle de acessos aos canais virtuais.

Após coleta e organização dos dados sobre os indicadores, é indispensável que as partes envolvidas na estratégia possam analisar esses dados com base na expectativa que se tinha com o planejamento, para checar as tendências de alcance dos resultados e a geração da mudança pretendida, bem como verificar se é necessário alterar o ritmo de execução ou redefinir a alocação de recursos.

 **Convite à interação**

Que indicadores podem ser usados para avaliar se as ações de educação ambiental e comunicação estão contribuindo para a mediação dos conflitos na UC em que atuo?

.....
.....

Que outros indicadores podem ser úteis para avaliar se as ações de educação ambiental estão contribuindo para a identificação dos conflitos que afetam a UC onde atuo?

.....
.....

Que indicadores podem ser pensados para avaliar se houve diminuição de assimetrias entre distintos atores sociais em termos de capacidade cognitiva, nível de informação e possibilidade de participar de esferas decisórias?

.....
.....

Como está a interação entre os diferentes atores sociais que participam ou interagem com a UC após essas ações?

.....
.....



Referências

ALVES, D.; PERALVA, L. M. *Olhar perceptivo: teoria e prática de senso percepção em educação ambiental: caderno de roteiros*. 2 v. Brasília: Ibama, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Dez anos do sistema nacional de unidades de conservação da natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro*. Brasília: MMA, 2011.

_____. *Estratégia nacional de comunicação e educação ambiental no SNUC*. Brasília: MMA, 2009.

_____. *Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil*. Brasília: MMA, 2007. (Áreas Protegidas do Brasil, 5). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao16122010110837.pdf>. Acesso em: fev. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. *Cartilha de regularização fundiária de unidades de conservação federais*. [S.d.] Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/cartilha_de_regularizacao_fundiaria.pdf>. Acesso em: mai. 2015.

_____. *Guia do conselheiro: gestão participativa em unidade de conservação*. Porto Velho: Parque Nacional dos Campos Amazônicos, 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/parna_camposamazonicos_guiadoconselheiro.pdf>. Acesso em: mai. 2015.

_____. *Plano de Manejo da Reserva Biológica das Perobas: monitoria e avaliação anual*. [S.l.], 2013-2014. Não publicado.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. *Indicadores de programas: guia metodológico*. Brasília: MPOG, 2010.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto n. 6.040/2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: jun. 2015.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001. Disponível em: <<https://raizesefrutos.files.wordpress.com/2009/09/diegues--o-mito-moderno-da-natureza-intocada.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.

DRUMOND, M. A.; GIOVANETTI, L.; GUIMARÃES, A. *Técnicas e ferramentas participativas para a gestão de unidades de conservação*. Brasília: MMA, 2009.

DUDLEY, N. (Org.). *Guidelines for applying protected area management categories*. Gland, Switzerland: IUCN, 2008. Disponível em: <https://cmsdata.iucn.org/downloads/guidelines_for_applying_protected_area_management_categories.pdf>. Acesso em: mai. 2015.

FIEKER, C. Z.; REIS, M. G.; BRUNO, S. F. *Guia de bolso: 100 aves do Parque Nacional da Serra da Canastra*. São Roque de Minas, MG: ICMBio, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Plano de fiscalização de unidades de conservação – SIM: formação socioambiental*. Apresentação em PowerPoint. [S.l.;s.d.]. Disponível em: <http://appvps5.cloudapp.net/sigam3/Re-positorio/472/Documentos/Mural_PlanosdeFiscalizacao/FormacaoSocio-ambiental/ENCONTRO%20COM%20GESTORES%2021.05.13.pdf>. Acesso em: mai. 2015.

IBASE. *Gestão participativa em unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Ibase, 2006. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ap_ibase_gestao_01c.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

IMAZON. *Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios*. Disponível em: <<http://amazon.org.br/areas-protégidas-na-amazonia-brasileira-avancos-e-desafios-2/>>. Acesso em: mai. 2015.

INESC. *Orçamento socioambiental: programas e ações para as áreas protegidas e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC*. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/orcamento-tematico/ot-areas-protégidas/view>>. Acesso em: mai. 2015.

KOURY, C. G.; GUIMARÃES, E.R. O desafio da gestão participativa, oportunidades, a experiência na RDS Uatumã. In: *Série integração, transformação e desenvolvimento: áreas protegidas e biodiversidade*. Rio de Janeiro: Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável, 2012.

LAYRARGUES, P. P. *Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais*. Disponível em: <<http://ambiental.adv.br/ufvjm/ea2012-1cidadania.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. (Org.). *Projeto contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional*. Relatório final. Brasília: UNEP/WCMC, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/relatorio_final_contribuio_uc_para_a_economia_nacional_reduzido_240.pdf>. Acesso em: fev. 2015.

RESENDE, L. S.; MAMEDE, S.; SILVA, M. B. Programa de rádio “Fala Cerrado” como veículo de rede de educação e informação ambiental. *Revista brasileira de educação ambiental*. Brasília, n. 2, p. 117-121, fev. 2007.

SILVA, A. G. C. et al. *Reserva biológica das perobas: uma ilha de biodiversidade no noroeste do Paraná*. Brasília: ICMBio, 2013.

VALARELLI, L. L. *Indicadores de resultados de projetos sociais*. Disponível em: <http://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/valarelli_indicado-res_de_resultados_de_projetos_sociais.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

VIEIRA, P. A. *Queimadas em áreas protegidas já passam de seis mil este ano*. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/blog-do-wikiparques/29024--queimadas-em-areas-protegidas-ja-passam-de-6-mil-este-ano>>. Acesso em: mai. 2015.

Indicações de leitura

BOAL, A. *Duzentos exercícios e jogos para ator e não-ator com vontade de dizer algo através do teatro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. 2ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

_____. *Técnicas latino-americanas de teatro popular: uma revolução copernicana ao contrário*. São Paulo: Hucitec, 1975.

_____. *Stop: ces't magique*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

execução:



realização:



Ministério do
Meio Ambiente

